



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 99

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta -feira, 13 de Abril de 2000

Presidente: Deputado Humberto Melo.

Secretários: Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 14 horas e 10 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciou-se a presente Sessão com a apresentação de um Voto de Congratulação, do Partido Popular, "pela passagem de mais um aniversário da inauguração dos voos comerciais da Ilha do Corvo", no qual se louva também a competência e dedicação das tripulações da SATA que escalam aquela ilha com regularidade.

Assim, intervieram sobre este Voto, os Deputados João Greves (*PP*), a quem coube a sua apresentação, José Manuel Nunes (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Fernando Menezes (*PS*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região, intervieram sobre temática diversa, os Deputados Augusto Élavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Eugénio Leal (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Madruga da Costa (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Economia, *Duarte Ponte*.

Período da Ordem do Dia

1º- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 7/2000 - "Alteração ao DLR nº 30/99/A, de 25 de Agosto - Regime jurídico da concessão do exclusivo de exploração de jogos de fortuna ou azar na RAA".

Sobre este diploma intervieram os seguintes Srs. Deputados:

Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Augusto Élavai (*PS*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Eugénio Leal (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Economia, *Duarte Ponte*. A Proposta em apreço foi aprovada por maioria, quer na generalidade quer na especialidade, com os votos favoráveis do PS, PP e PCP e a abstenção do PSD.

2º - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 2/2000 - adaptação à Administração Regional do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública (Lei nº 49/99, de 22 de Junho).

Para fazer a apresentação do diploma, usou da palavra o Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*, seguido dos Srs. Deputados Fernando Menezes (*PS*), António Meneses (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Cruz (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*).

3º- Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 2/2000 - "Alteração ao DLR nº 17/94/A, de 18 de Maio (Rede de Portos)".

Sobre o mesmo intervieram os Srs. Deputados Eugénio Leal (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*), tendo sido aprovado por unanimidade.

4º- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/99 - Instrumentos de gestão territorial (adaptação à RAA do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro).

Procedeu à sua apresentação o Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*, seguindo-se os Srs. Deputados Manuel Azevedo (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*). O documento em apreço foi aprovado por unanimidade, na generalidade.

Os trabalhos terminaram às 20 horas.

Presidente: Srs. Deputados boa tarde.

A vossa atenção para a chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Augusto António Rua **Élavai**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz** de **Sampaio**

José **Élio** **Valadão** Ventura

José **Humberto** de Medeiros **Chaves**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Alberto Romão **Madruga** da **Costa**

Ana **Carolina** Gomes da **Silva**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Aurélio Henrique Silva Franco **da** **Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
José Maria Bairos
José Ramos Aguiar
Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**
Manuel Teixeira **Brasil**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Sandra Maria Sousa Garcia **Bessa**
Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**
Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**
João Maria Fraga **Greves**
Nuno Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar por um **Voto de Congratulação** presente na Mesa relativo à **"passagem de mais um aniversário do aeródromo do Corvo"**.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves como um dos proponentes do mesmo.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Considerando que a 29 de Marco, passou mais um aniversário sobre a inauguração da rota comercial de transporte aéreo regular para a ilha do Corvo;

Considerando a enorme importância que todos os voos têm para a economia da ilha do Corvo e para a estabilidade emocional do seu povo;

Considerando que, com a regularidade desta carreira aérea, se quebrou um dos elos que mais penalizava a vida dos corvinos, desde sempre, em termos de isolamento, constituindo mesmo um forte obstáculo à fixação das pessoas que ali nasceram;

Considerando que as tripulações da SATA, que aí se deslocam, vêm demonstrando, para além duma capacidade técnica excelente, um espírito de serviço, dedicação, solidariedade e mesmo amizade para com o povo corvino, que ultrapassa de longe as marcas do mero profissionalismo;

Considerando que é dever de justiça premiar o trabalho abnegado e o carinho daqueles que põem zelo inextinguível e alma naquilo que fazem para além da obrigação.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Popular propõe a aprovação de um voto de congratulação pela passagem de mais um aniversário da inauguração dos voos comerciais da ilha do Corvo, louvando a competência, dedicação e abnegação das tripulações da SATA que regularmente escalam aquela ilha.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Voto de Congratulação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, os pilotos da SATA têm demonstrado um grande esforço para com a Ilha do Corvo e os corvinos.

Em termos de ligações aéreas - podemos afirmá-lo - estamos muito bem servidos. É pena que não estejamos também assim quanto às ligações marítimas.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação do Partido Popular, votando-o favoravelmente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário Regional:

Gostaria de dizer que a Representação Parlamentar do PCP vai associar-se a este Voto de Congratulação, pela passagem de mais um aniversário sobre o início dos voos comerciais para a Ilha do Corvo, louvando também a dedicação e o empenho das tripulações da SATA que escalam aquela ilha.

Efectivamente, para nós, tem sido da máxima importância o facto de, hoje, a SATA poder servir as nove ilhas dos Açores, tornando assim possível um menor isolamento que afecta principalmente as ilhas do grupo ocidental.

No entanto, pensamos que nem tudo está feito e que há muito a fazer. Estamos convencidos que é possível fazer mais e melhor, no que diz respeito à frequência e às ligações que existem das Ilhas Flores e Corvo, por via aérea, com a restante Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. E desculpe a inscrição algo tardia, mas é que eu estava aqui a ler o Voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parecem-nos interessantes as considerações expressas neste Voto, embora também pensemos que falta dizer quando é que ocorreu a inauguração das carreiras comerciais para a Ilha do Corvo.

Eu não me recordo bem se foi há 10 ou há 5 anos.

Por isso, teria ficado melhor se estivesse aqui escrito "no dia tal do mês tal do ano tal foi inaugurado...".

Deputado João Greves (PP): Foi há 7 anos.

O Orador: Embora não seja uma data marcante neste período, porque não são os habituais 10 ou 25 anos, de qualquer forma nós consideramos que é uma data importante para a Ilha do Corvo, podemos mesmo dizer que é uma data histórica para aquela ilha, porque permite uma maior ligação com as outras ilhas do arquipélago e

deste com o mundo. E é também verdade que tem havido alguma abnegação por parte das tripulações da SATA que ali operam.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente este Voto, não sem antes dizer que o nosso Governo não tem esquecido aquele aeródromo, tendo mesmo prosseguido ali alguns investimentos fundamentais para dar melhores condições e segurança aos serviços, designadamente colocando alguns instrumentos que já estão adjudicados e até já estão lá embalados para serem instalados. Também já tratámos da protecção da pista, para evitar que surjam invasões, nomeadamente de animais.

Por isso, este Governo está prosseguindo na melhoria das condições daquele aeródromo, confirmando e consolidando esta satisfação dos corvinos, à qual nos associamos naturalmente.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação, mantenham por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs Membros do Governo:

Foram já tornados públicos, pelo Presidente do Governo Regional e pelo Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, os valores dos principais agregados respeitantes à execução do Orçamento da Região em 1999, bem como à execução do Plano.

É assim a altura de fazer uma primeira abordagem, um primeiro debate sobre essa execução, uma vez que sendo a última deste governo, não se terá a oportunidade de, nesta legislatura, fazer um debate na Assembleia, sobre esta matéria, tendo em conta o Parecer do Tribunal de Contas.

Há um ano atrás, por esta altura, e com essa perspectiva, fiz também uma intervenção sobre a execução do Orçamento para 1998.

O PSD então, não esteve pelos ajustes, sentiu-se incomodado com a qualidade dos resultados da acção governativa do PS, e afirmou até, ser desprestigiante para a ALRA fazer uma intervenção com base em notícias saídas na Comunicação Social.

Comprendemos o incómodo do PSD, mas não deixou de ser interessante ver a opinião e o descrédito que o PSD tem da Comunicação Social, quando as notícias não são do seu agrado.

Mesmo sabendo de antemão que o PSD repetirá as críticas, e a maledicência de há um ano, aqui estou eu com nova intervenção sobre a execução de um Plano e Orçamento da Região, neste caso referente ao ano de 1999, uma vez que é competência desta Assembleia fiscalizar a actividade do Governo, e fiscalizar não é só criticar pela negativa ou dizer mal, fiscalizar é também dizer bem e elogiar quando for caso disso. A execução do Orçamento e Plano de 1999 é seguramente um caso para elogiar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, Srs Membros do Governo:

A política orçamental traçada pelo VII Governo Regional para o ano económico de 1999 tinha como objectivos, entre outros, a obtenção de crescentes taxas de autofinanciamento das despesas de funcionamento da Administração Pública Regional e a libertação de elevados níveis de investimento que possibilitassem aumentar o ritmo de desenvolvimento económico e social da Região.

Pois bem, estes objectivos foram plenamente alcançados.

Vejamos em concreto: em 1999, a taxa de cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas próprias da Região ultrapassou os 100%, (102%, mais precisamente), quando em 1998, a mesma taxa se situava nos 84% e em 1997 nos 80%. Esta evolução, é suficientemente reveladora da estabilidade que as Finanças públicas regionais têm vindo a registar no decurso do mandato deste Governo da Nova Autonomia.

E antes deste Governo como andavam as Finanças Públicas Regionais? Muito mal, como é sabido

Em 1995 o défice corrente da Conta da Região, era mais de 13 milhões de contos, e em 1996 o mesmo défice corrente andava perto dos 11 milhões de contos.

A situação financeira da Região em 1996, segundo o Tribunal de Contas, era deficitária, tanto nas operações correntes como nas de capital e na cobertura dos Investimentos do plano regional.

A referida situação de desequilíbrio da estrutura das receitas face às despesas da Região, concluiu o Tribunal de Contas, originou o recurso ao endividamento, acarretando elevados encargos financeiros.

Compare-se, portanto, a situação de colapso das finanças públicas regionais quando o PS foi para o Governo, e a situação equilibrada actualmente demonstrada pela execução do Orçamento de 1999, cuja taxa de cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas próprias da Região ultrapassou os 100%, taxa esta que se conseguiu por uma evolução gradual, pois em 1998, a mesma taxa situava-se nos 84% e em 1997 nos 80%. Esta evolução, repete-se, é suficientemente reveladora da estabilidade que as Finanças Públicas Regionais têm vindo a registar no decurso do mandato deste Governo da Nova Autonomia.

Vejamos mais em pormenor a qualidade e os resultados desta execução: assim e quanto às Receitas, verifica-se que a receita global arrecadada em 1999, excluindo o valor das contas de ordem, apresentou uma taxa de crescimento de 12,4%, enquanto que em 1998 tinha sido de 6,3%, e traduz um grau de realização excepcional de 98%, valor superior ao de 1998 que já tinha sido de 94,4%.

Em termos de receitas efectivas, (que não considera as receitas provenientes do recurso ao endividamento) regista-se uma taxa de crescimento de 27,7% relativamente a 1998 e um grau de realização da ordem dos 98%.

Estes valores conjugados demonstram não só o rigor posto na previsão orçamental, mas também a credibilidade do Orçamento então apresentado.

A principal fonte de financiamento do Orçamento Regional continua a ser a das receitas fiscais, as quais atingiram o montante global de 75,9 milhões de contos, mais 26,4% do que em 1998.

O elevado crescimento deste tipo de receitas, mormente as do imposto sobre rendimento (IRS e IRC), resulta, não só do bom andamento da economia e da situação de desenvolvimento que se vive nos Açores, mas também em boa parte, da alteração do método de cálculo do valor das transferências mensais, conseguido pelo Governo Regional através de um protocolo assinado com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, que permitiu que as transferências fossem mais atempadas e mais rigorosamente calculadas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às transferências do Orçamento de Estado, estas atingiram o valor global de 33.9 milhões de contos, revelando uma significativa taxa de crescimento de 29,5% que reflecte, fundamentalmente, o primeiro ano de aplicação do Fundo de Coesão criado pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Nesta perspectiva deverá também salientar-se a evolução registada desde que o governo da Nova Autonomia tomou posse:

Em 1996 houve um crescimento das Transferências do Orçamento de Estado relativamente a 1995 de apenas 4,7%. Em 1997, já com este Governo em funções, a taxa de crescimento foi de 20,2%. Em 1998 verificou-se uma taxa de crescimento de 40,5%. E em 1999, como já foi referido atingiu cerca de 30%.

Isto é, apenas durante 3 anos, este Governo conseguiu que as transferências do Orçamento de Estado tivessem uma taxa de crescimento de 118,7%, ou seja, conseguiu em apenas três anos que o seu montante mais que duplicasse.

É de facto notável, o que este Governo conseguiu em termos de equilíbrio das Finanças Públicas Regionais!

As transferências de fundos comunitários para financiamento de investimentos do plano atingiram o valor de 9.9 milhões de contos, o que traduz uma taxa de crescimento de 47,1%, relativamente ao valor transferido em 1998.

Ainda no contexto das receitas, merece destaque a evolução registada no endividamento, que se ficou pelo valor de apenas 5 milhões de contos. Isto permitiu que, na estrutura da receita, o peso do endividamento passasse de 15,1% em 1998, para apenas 4,0% em 1999. Quanto às despesas, a despesa global atingiu, em 1999, o valor de 124.7 milhões de contos, ou seja, mais 11,1% do que em 1998.

Contudo, se analisarmos os ritmos de crescimento das despesas de funcionamento e das despesas de investimento, constatamos que enquanto as despesas de funcionamento crescem numa forma moderada, apenas +1,9%, inferior à taxa de inflação, revelando o grande esforço de contenção neste tipo de despesas, as de investimento registam um crescimento bastante acentuado, +28,9% do que no ano anterior, e perfeitamente consonante com os objectivos de desenvolvimento definidos pelo Governo para a nossa Região.

Merece, ainda, especial destaque a evolução registada com os encargos correntes da dívida, com um decréscimo de 57,2% relativamente ao ano anterior. Esta evolução, altamente positiva, é, fundamentalmente, consequência da transferência para o Governo da República da 2ª tranche da dívida da Região, prevista na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Quanto às despesas de investimento do Plano registaram, em 1999, o montante de 49 milhões de contos, que é o mais elevado de sempre na nossa Região; por sua vez e considerando o valor de 52 milhões de contos inscritos no Plano para 99, revela uma taxa de execução de 94,25%, que é também a mais elevada de toda a história económica dos Açores.

Por outro lado, o montante de investimentos do plano para 99 revela ainda uma taxa de crescimento notável de 28,9%.

Se nos lembrarmos que em 1998, o valor do investimento registou um crescimento de 12,2% e que em 1997 já havia registado um crescimento de 23,2%, depressa constataremos que no espaço de 3 anos o volume de investimentos feito pelo Governo da Nova Autonomia aumentou 78,2%, face ao valor do investimento realizado no último ano de governo PSD.

Isto é obra! Só de facto com muita obra se conseguem níveis de investimento destes montantes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, Srs Membros do Governo:

Depois do que atrás ficou dito, podemos afirmar que a execução orçamental relativa ao ano de 1999, atingiu plenamente os objectivos traçados pelo Governo Regional, tendo-se obtido resultados francamente positivos na generalidade, dos indicadores, que comprovam a atenção, a responsabilidade e o rigor que colocaram na sua execução.

Assim e resumindo:

- 1.- A taxa de cobertura das despesas de funcionamento por receitas próprias ultrapassou os 100%;
- 2.- A receita fiscal, registou uma taxa de crescimento de 26,4%, revelando, simultaneamente, o crescimento económico e as melhorias na sua arrecadação;
- 3.- O volume de investimentos realizados atingiu 49 milhões de contos, mais 28,9% do que no ano anterior, e mais 38,2% que em 1996.

4.- A taxa de realização do Plano foi de 94%, sendo a mais elevada de sempre registada na Região;

5.- As transferências do Orçamento de Estado cresceram 29,5% face às transferências em 1998, e mais 118,7% relativamente a 1996;

6.- As despesas de funcionamento apresentaram uma taxa de crescimento de apenas 1,9%;
- As necessidades de endividamento quedaram-se pelos 5 milhões de contos, concorrendo para o financiamento do Plano da Região em apenas 10,2%, quando em 1998 concorriam em 44,6% e em 1997 em 54,6%. Ou seja, o Governo conseguiu, no decurso deste seu mandato, assegurar que para planos de investimento cada vez maiores, correspondessem níveis de endividamento cada vez mais pequenos.

É notável o esforço do Governo Regional para conseguir em três anos transformar as finanças públicas regionais numa situação de colapso, numa situação de desequilíbrio, numa situação de finanças públicas saudáveis e equilibradas. Mas mais notável é verificar que a este governo nunca faltou energia e vontade política para ao mesmo tempo encetar um conjunto de reformas estruturantes que colocam a Região no caminho do progresso, da melhoria das condições de vida das populações, no caminho da modernidade.

Este Governo tem e merece a confiança dos açorianos.

O Grupo Parlamentar do PS orgulha-se deste Governo. Não só por ser o Governo do PS, mas sobretudo por ser o Governo que promove o desenvolvimento dos Açores e em que todos nós nos reconhecemos.

Disse.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Subsecretário Regional da Saúde)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Élavai:

Devo dizer-lhe que acabou de fazer naquela tribuna um exercício de alta demagogia!

Voices dos deputados da bancada do PSD: Mesmo alta demagogia!

A Oradora: E vou já justificar esta minha apreciação.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado diz que cresceram as transferências, as receitas fiscais, as despesas também, enfim cresceu tudo. É lógico, porque cada ano que passa, as despesas e as receitas são superiores às do ano anterior - isso é evidente.

Depois, dá a ideia de que tudo isso é obra do Governo do Partido Socialista.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu - provavelmente está a preparar uma exposição para esta Assembleia Regional, ou se não está a prepará-la deve estar a pensar nela! - que tudo isto foi iniciado em 1996, com o Governo do PSD na Região, com o Governo do PS na República, e tudo o que foi feito para a Região Autónoma dos Açores, foi feito da mesma forma para a Região Autónoma da Madeira.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Mais ou menos.

A Oradora: Não tem rigorosamente nada a ver com o Governo do Partido Socialista dos Açores.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Acima de tudo, tem a ver com o Governo da República e com uma pessoa que merece a nossa e a vossa homenagem: o Professor Doutor Sousa Franco.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E o Eng. António Guterres!

A Oradora: Temos que ser justos nas nossas análises!

Quem conhece o percurso, profissional e académico, do Professor Sousa Franco, sabe o que é que ele pensa sobre autonomias regionais, há muito tempo, muito antes de ter integrado o Governo do Partido Socialista, e portanto, não foi mais do que uma pessoa coerente com a sua forma de ser e de estar, tendo levado a bom porto estas posições que sempre defendeu relativamente ao financiamento das autonomias.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: É bom que se dê "o seu a seu dono".

Não quero, contudo, dizer que o Governo do Partido Socialista não foi uma parte activa no processo. Ao contrário do que os senhores fazem crer, de que o Governo do PSD em 1996 não foi uma parte activa. Mas foi. E foi tão activa, como o foi o vosso Governo.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Foi negativa, isso é que foi.

A Oradora: O relatório preliminar da Comissão estava pronto, rigorosamente pronto, porque eu estive a verificar todos esses documentos há bem pouco tempo para preparar a exposição que tenho para fazer, assim como o Sr. Deputado Élavai também tem, revi todos eles e, como digo, o relatório preliminar entregue pela Comissão na altura coordenada pelo Professor Eduardo Paz Ferreira, foi entregue ainda na vigência do Governo do Partido Social Democrata.

Na vigência do Governo do Partido Socialista fez-se a formulação final da Lei.

Portanto, há trabalho partilhado, quer os senhores queiram quer não.

Da mesma maneira que nós iniciámos obras e os senhores estão agora a inaugurar-las, da mesma maneira que os senhores estão a iniciar obras que provavelmente o PSD há-de inaugurar.

Vozes dos deputados da bancada do PS: Isso é o que vamos ver!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Também na Lei de Finanças Regionais há a marca do PSD.

Quer queiram quer não queiram, a história é que vai dizer isso.

Os documentos têm data, por isso não vale a pena fazermos demagogia.

Dou-vos a finalização da Lei, mas tenham paciência, os senhores têm que considerar que o início de tudo isso foi em Fevereiro de 1996, quer gostem quer não gostem.

Portanto, sobre isso, eu prefiro partilhar o bom e o mau. Por isso, estamos entendidos sobre essas questões.

Uma vez aprovada a Lei de Finanças Regionais - que é isso que importa - há realmente aperfeiçoamentos a fazer na mesma.

Não é justificável que depois de uma lei que pretende sanear financeiramente a Região, se chegue ao fim de 4 anos com 50 milhões de contos de endividamento. É uma média anual superior à média dos últimos vinte. São números, são factos. Não estou a fazer aqui quaisquer considerações pessoais, ao contrário do que fez o Sr. Deputado Augusto Élavai.

50 milhões de contos a dividir por 4, é mais do que a dívida que havia em 1996, a dividir por 20. É tão simples quanto isso.

A dívida só não é maior, porque o professor Sousa Franco no ano passado não deixou que se endividassem em 15 milhões de contos.

Portanto, foram 19 milhões de contos no primeiro ano; foram 16 milhões no segundo; eram para ser 15 milhões de contos no terceiro ano, passou para 5 milhões com os artificios que todos nós conhecemos, porque todos nós estávamos nesta Casa quando foi aprovado o Orçamento, e este ano volta a ser 5 milhões, porque o Orçamento de Estado voltou a bloquear cerca de 5 milhões de contos.

É só por isso que não é uma dívida superior aos 50 milhões de contos, ao fim dos 4 anos.

Mais uma vez, são factos e eu nem sequer estou a emitir um juízo de valor sobre eles. Vamos agora às questões de pormenor.

Diz o Sr. Deputado que as receitas fiscais aumentaram.

Sr. Deputado, sinto um grande regozijo por isso e digo-lhe mais: dá-nos um grande fundamento, para que nunca mais o seu partido e o Presidente do seu partido, possam falar na redução dos impostos feitos e aprovados por esta Casa e propostos pela oposição.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas o que é isto do "nunca mais"?!

A Oradora: Agradeço, sinceramente, o argumento que acabou de usar, porque toda a gente ficou a saber que a redução fiscal teve um efeito positivo de 7 milhões de contos.

Muito obrigada e estamos prontos a repensar uma nova redução do IRS até ao limite aprovado por Vs. Ex^{as}. na Lei de Finanças Regionais.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Já não vem a tempo.

Não vai haver maiorias destas!

A Oradora: Vamos às execuções orçamentais.

Sr. Deputado Augusto Élavai, uma pergunta muito concreta: em que documento é que se baseou para falar sobre a execução orçamental, com excepção do Plano?

Eu só tenho, entregue por esta Assembleia, a execução do Plano. Mas se os Srs. Deputados do Partido Socialista têm mais informação do que esta, eu gostaria de clarificar isso, pondo desde já esta questão à Mesa, porque não me parece razoável que se venha para esta Casa fazer análises sobre documentos partidários, eventualmente, ou documentos sonogados à oposição.

Deputado Luis Resendes (PS): O que interessa é a execução material, Sr^a. Deputada.

A Oradora: Portanto, para começo, eu nem sequer faço considerações sobre a execução do Orçamento, porque esse documento não existe.

Sobre a execução do Plano, faço-as com todo o gosto.

E vou começar por aquilo que lhe disse no ano passado, ou seja, com esta execução ninguém tira quaisquer conclusões.

Primeiro, porque tem dotação revista e não tem dotação inicial.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Muito bem! Ensina-lhes como é que se faz!

A Oradora: Para se fazer uma avaliação é preciso ter dotação inicial, dotação revista e depois a execução.

Comparar a execução com a dotação revista, é dizer que se adaptou "o fato à medida do dono".

Deputado Eugénio Leal (PSD): É a especialidade dele!

A Oradora: É preciso saber qual foi a dotação inicial.

Mas esse exercício eu também já o fiz, portanto sei muito bem qual é a dotação inicial, só que não vou - obviamente! - debruçar-me sobre 33 programas. Até porque as acções não estão desdobradas, logo, há muito dinheiro gasto noutras coisas que não naquelas às quais o dinheiro estava inicialmente afecto.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Dionísio de Sousa: Como é que sabe?!

A Oradora: Sei, porque tenho conhecimento concreto e real do que se fez na minha ilha, do que se fez na sua ilha, do que se fez nas 9 ilhas e do que não se fez!

Portanto, sei exactamente aquilo que eram as acções e que não foram concretizadas.

E começo por perguntar onde é que está o Pavilhão de Exposições?

Onde é que está o Matadouro de Angra do Heroísmo?

Onde é que está o Centro de Congressos?

Onde é que estão as várias escolas que estavam previstas?

Onde é que está tudo isso?!

Deputado Francisco Sousa (PS): Espere que vai ver!

A Oradora: O senhor é deputado regional e não sabe que acções foram ou não realizadas?!

Se não foram realizadas e gastaram o dinheiro, gastaram-no mal!

Se não gastaram, então desviaram essas verbas para outras acções!

E para não termos mais rodeios, dou-lhe só um exemplo que está no Programa 33.8, respeitante ao Sismo.

Para o Sismo estavam previstos 7 milhões e 790 mil contos. Acabou por ficar em 6 milhões 407 mil contos. O Governo acabou por executar 5 milhões e 974 mil contos.

Há, portanto, aqui 1 milhão e 800 mil contos que não foram gastos no programa do Sismo.

Onde é que está esse dinheiro?!

Afinal, quem executou 90 e tal por cento, executou, mas gastou-o mal, não gastou onde devia ter gasto!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Portanto, vir para aqui fazer apreciações sobre percentagens, qualquer um faz!

Gastar dinheiro, qualquer um gasta!

Deputado João Cunha (PSD): Gastar não, **esbanjar!**

A Oradora: Ser despesista, qualquer um é e este Governo é particularmente despesista!

E vou fazer uma conta simples: 6 milhões de contos do Sismo, num ano, são 500 mil contos por mês, são quase 20 mil contos por dia e eu quero saber onde é que esse dinheiro está gasto aqui nestas ilhas afectadas pelo Sismo!

Voices dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Srs. Deputados, este é um simples exercício sobre um programa concreto que até é um programa onde toda a verba disponível deveria ter sido utilizada. Onde até eu já ouvi afirmações de que a Reconstrução só não anda mais depressa, porque não têm mais verbas.

Então, digam-me onde é que aplicaram estas verbas e para onde é que foram 1 milhão e 800 mil contos, que não foram afectos a este programa e que estavam na dotação inicial!

Este é apenas um exemplo bastante elucidativo e significativo, quer pela própria natureza do programa quer pela necessidade que haveria de afectar verbas a ele. Mas se quiser discutir os outros programas, poderemos fazê-lo um por um, para chegarmos sistematicamente às mesmas conclusões.

Portanto, Sr. Deputado Augusto Élavai, sempre que quiser fazer execuções orçamentais e discussões sobre isso, primeiro que tudo terá que utilizar documentos iguais para ambas as partes, para podermos fazer essa discussão com rigor sobre o que está em causa.

Sobre o documento da execução do Plano, porque o tenho, estou pronta a discuti-lo até ao pormenor, programa por programa.

Muito obrigada.

Voices dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD e do Deputado do Partido Popular Alvarino Pinheiro)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a. Deputada Berta Cabral:

De facto, o incómodo é maior do que eu pensava.

Demonstrou uma situação de desespero total, perante os números apresentados pelo Governo, perante a qualidade governativa no que respeita às Finanças Públicas Regionais, por isso só se pode fazer aquilo que o PSD faz, ou seja, diz que não discute.

O PSD afirma que não discute, porque não dispõe do documento necessário, quando ele é público, toda a comunicação social o tem, porque foi apresentado numa conferência de imprensa, tal como eu disse no início da minha intervenção, em que foi presente a todos pelo Governo Regional, nomeadamente pelo Secretário Regional das Finanças e Planeamento. Portanto, esse documento é público. Se os senhores não o têm, é porque não querem.

Eu até acho que a Sr^a. Deputada o tem, só que não quer discuti-lo, o que é manifestamente diferente. E não quer discuti-lo, porque sabe que vai perder em razão da qualidade governativa do Governo do PS - mais nada, é só isso!

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: De resto, o incómodo e o desespero é de tal maneira grande, que começa por falar numas taxas, depois noutras e chega ao Sismo - pelo amor de Deus, meus senhores!

Vamos ver uma coisa: há um ditado que diz que "quando tiveres muitos argumentos, usa os melhores. Quando não tiveres nenhuns, usa-os todos".

Foi isso que a Sr^a. Deputada fez.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de alguns deputados da bancada do PS)

Deputada Berta Cabral (PSD): Como é que sabe que eu usei todos?!

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado Augusto Élavai como é que ele sabe que eu usei todos os argumentos?!

Olhe que não usei e se quiser ficamos aqui toda a tarde, porque argumentos é coisa que não me falta!

Já me conhece e sabe que não vale a pena pensar que eu esgotei os argumentos todos, porque é óbvio que não esgotei, portanto não há problema quanto a isso!

Mas eu voltaria a colocar-lhe a questão à qual não me respondeu antes, o que me leva a perguntar de novo à Mesa:

Entrou na Assembleia Legislativa Regional a execução do Orçamento de 1999?

Agradeço a resposta, mostrando-me o documento oficial e que tenha sido entregue nesta Assembleia.

Presidente: Sr^a. Deputada, não entrou esse documento, porque quando entram na Mesa saem imediatamente para serem distribuídos pelos Srs. Deputados.

Aliás, acabei de fazer ontem a distribuição do último documento entrado na Mesa e é natural que assim seja.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a. Deputada Berta Cabral:

Vamos a duas considerações que fiz logo no início da minha primeira intervenção.

Quando se afirma "foi feito igualmente para a Madeira e para os Açores", não foi bem assim. Toda a gente sabe que as finanças da Madeira são consideradas e servem como exemplo da má governação e desequilíbrio de orçamentos.

Aqui, nesta Região, e com este Governo, as Finanças Públicas estão equilibradas.

Mas mais. Quando se diz "isto é devido à Lei de Finanças Regionais", é sim senhor. E essa lei tem a marca do PSD - aí discordo. E discordo, porque a marca do PSD que lá estava, penso que já não lhe pertence. Ela era a marca do Dr. Gualter Furtado e não sei se vocês ainda se revêem nele ou não.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Qual Gualter Furtado qual quê!

(Apartes inaudíveis de alguns deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu já disse aqui, a quando de uma reunião da Comissão Permanente durante a discussão da Lei de Finanças Regionais, que não havia trabalho preparado quando este Governo do PS entrou, não havia nada!

Deputada Berta Cabral(PSD): É porque não encontraram os documentos certos!

O Orador: O trabalho foi feito a partir desta governação. E a única coisa que estava preparada consistia numas audições feitas, nomeadamente ao Dr. Álvaro Dâmaso, isto é, pessoas que não tinham já nada a ver quer com a parte política quer com a parte económica dos Açores.

Portanto, não havia nada e se se der ao trabalho de ver aquilo que foi feito e que está concluído na Lei de Finanças Regionais, bem como o "trabalho" anterior - e este trabalho deve ser entre aspas - verificará que não está lá nada.

Não há trabalho partilhado.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas é, única e exclusivamente, deste Governo e do Governo PS da República. Não tenham a menor dúvida quanto a isso, porque os senhores não têm ali qualquer trabalho.

(Protestos inaudíveis de alguns deputados da bancada do PSD)

O Orador: Aliás, se há trabalho que nós - Grupo Parlamentar do PS e socialistas - devemos agradecer ao anterior Governo do PSD em 1996, foi o facto de terem cumprido a Constituição, porque havia lá um artigo - que já não existe - e que era o Artº. 1º, segundo o qual, "Portugal é uma sociedade em transição para o socialismo". Foi exactamente isso que o Governo do PSD fez, isto é, fazer a transição para o socialismo. Nisto o Povo dos Açores só tem a agradecer e tem-no feito e nós estamos gratos a vocês, porque governaram de maneira a fazer a transição para o socialismo.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Ao menos no PSD encontramos obra feita!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): E as verbas do Sismo, não responde a isso?!

Presidente: Tem a palavra a Srª. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ponto número um: documento sobre a execução orçamental não há.

O Sr. Deputado Augusto Élavai desviou logo a conversa para a questão da Madeira. Que eu saiba, a Madeira tem uma Lei de Finanças Regionais que por acaso é a mesma que a nossa. Ou não será assim Sr. Deputado?!

É a mesma lei para as duas Regiões Autónomas, independentemente dos governos serem de diferentes cores partidárias.

Foi isso que eu disse. Foi isso que se fez em 1996. Foi isso que se continuou a fazer em 97 e aprovou-se em 98!

Nada de confusões, nada de demagogias, nada de "eu acho ou eu não acho"!

Este não é um problema de "eu achar ou não achar", de querer ou não querer!

Este processo começou em Janeiro de 1996, com um despacho do Ministro das Finanças de então, com uma resolução do Conselho de Ministros que até tem uma data posterior à data do despacho do Ministro das Finanças. E começa o trabalho em Fevereiro de 1996, tendo sido concluído em 98 com a aprovação da Lei.

Portanto, quer o Sr. Deputado queira quer não, há um ano de trabalho do PSD, espelhado em documentos que existem, que hão-de fazer parte da história, por muito que vos custe, quer o Sr. Deputado ache que sim quer ache que não!

Já agora, eu desafio o senhor a dizer de novo aquilo que acabou de dizer, de que não havia qualquer trabalho feito (mas depois até acabou por reconhecer que já havia) no dia 19, quando estiver a decorrer o colóquio sobre Finanças Regionais, no qual estará presente o Prof. Sousa Franco e o Prof. Eduardo Paz Ferreira, diga isso lá nessa altura.

O Prof. Eduardo Paz Ferreira vai ficar certamente muito contente, depois de ter sido nomeado em Fevereiro de 1996, se ouvir o Sr. Deputado dizer que durante esse ano nada se fez. Ele vai gostar muito de ouvir essa conversa, vai gostar imenso.

Deputado Francisco Sousa (PS): Eles são suficientemente bons para serem defendidos!

A Oradora: Portanto, eu faço-lhe esse desafio, se de facto, isso é verdade. Ou seja, se acha que isso é verdade, mas que eu demonstro-lhe com documentos que não é, diga então na frente deles. Mas, garanto-lhe, que logo a seguir eu apresento-lhe os documentos que ele próprio apresentou ao Governo Regional durante o ano de 1996!

Portanto, isto só para lhe dizer que não vale a pena entrarmos por aí, por essa demagogia, porque essas pessoas não estão presentes para o desmentir, mas no dia 19 de Maio terão oportunidade de fazê-lo.

Por isso, desafio-o a falar nesse mesmo assunto e nos termos em que o fez agora nessa altura!

Se o Sr. Deputado não encontrou trabalho feito, é porque ou não se deu ao incómodo de procurá-lo, ou então nem sequer sabe distinguir o que é trabalho feito daquilo que não é. Mas se quiser, eu não me importo nada - porque tenho neste momento todo esse trabalho inventariado para fazer a minha exposição - de lhe entregar cópia e verá que a única coisa que faltava fazer era só numerar os artigos, ou seja, pôr artº. 1º, artº. 2º, artº. 3º.

Deputado Augusto Élavai (PS): Faltava tudo!

A Oradora: Desculpe-me, mas isso é a parte menor, isso é a conclusão do trabalho.

O trabalho passou pelo levantamento de todas as situações de relacionamento financeiro entre a Região e a República, e que estavam pendentes, por auscultação de todas as forças vivas da Região Autónoma dos Açores, por um conjunto de trabalho de casa que tem que ser feito antes de se produzir uma lei, com cabeça tronco e membros.

Deputado Augusto Élavai (PS): Está a dar-me razão!

A Oradora: Porque não basta estipular os artigos para fazer uma lei.

É preciso ter todo um trabalho de casa feito, é preciso ter todo um levantamento feito, é preciso haver muito trabalho e muito diálogo, muitas considerações e muito estudo, para se poder chegar a uma conclusão.

A fórmula final é uma simples conclusão de pôr no papel aquilo que foi um conjunto de considerações e de estudos feitos até à data.

Deputado Francisco Sousa (PS): Tivessem concluído 3 anos antes!

Porque é que não o fizeram?!

A Oradora: Quer queiram quer não!

E eu tenho esses estudos todos e entrego-lhos com o maior gosto!

Portanto, sobre isso penso que estamos esclarecidos e é esta a questão fundamental que eu queria deixar aqui presente.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Concluindo, e por este debate, já se viu que o trabalho que este Governo começou e finalizou no que respeita à Lei de Finanças Regionais é tão bom, que o PSD quer partilhá-lo.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ora se não!

O Orador: É devido à Lei de Finanças Regionais, claro que é!

Repito, o que havia antes sobre a Lei de Finanças Regionais, era "trabalho" que se traduzia em auscultações.

Se quiserem saber, e eu estava na Comissão por isso testemunho-o, não havia um estudo - foram feitos depois dois ou três - antes da Lei de Finanças Regionais.

Garanto-lhe que, em minha opinião, a Lei de Finanças Regionais começou quando o Governo Regional tomou posse, embora já estivesse nomeado o Presidente da Comissão de Análise, ou seja, o Prof. Eduardo Paz Ferreira.

A efectiva elaboração e conclusão da Lei começou quando este Governo Regional tomou posse.

Essa é a minha opinião e exprimo-a aqui, como posso dizer no colóquio que se vai realizar e onde quiser, embora eu também tenha aquilo a que a Sr^a. Deputada chama de "trabalho" e que são audições, mais nada!

Para acabar, reconheço que os números que eu apresentei são excelentes e até diria mais: é difícilimo ultrapassar estes valores.

Um governo que faz com que as receitas cubram as despesas de funcionamento, tem que ser um governo excepcional.

Um governo que além de fazer isso, investe muito mais do que se tinha investido antes, um governo que em 3 anos duplica as transferências do Orçamento de Estado, através da Lei de Finanças Regionais na qual ele também é parte interessada, só pode ser um governo, em termos de Finanças Públicas Regionais, excepcional. E nós, Grupo Parlamentar do PS, nunca nos cansaremos de repeti-lo e orgulhar-nos-emos por este Governo, não só por ser do PS, mas também porque ele promove o desenvolvimento e, pelos vistos, faz orçamentos condizentes com a execução.

Os orçamentos são rigorosos, porque a execução é de 98%. E em termos de receitas fiscais, chega mesmo a ultrapassar isso.

Este Governo, quer em termos de Finanças Públicas Regionais quer em termos de investimento e desenvolvimento para a Região, é um governo excepcional e os açorianos saberão reconhecê-lo

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de alguns deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ter que reavivar a memória do Sr. Deputado Augusto Élavai.

Nós aprovámos nesta Casa um orçamento rectificativo em Dezembro do ano passado...!

Então se nós aprovámos um orçamento rectificativo, aprovámos aquilo que ia ser a execução, senhores!

Eu às vezes, palavra de honra, fico sem saber o que é que o Sr. Deputado está pensando quando diz essas coisas!

Então no final do ano passado nós aprovámos um orçamento rectificativo, não era para a execução ser igual?!

Oh senhores, devia até ser de 100%, nem era de 90%!

Pelo amor de Deus, veja o Sr. Deputado bem o que é que diz, porque às vezes quem o ouve pode até pensar que é verdade!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Mas voltando à Lei, o Sr. Deputado já reconheceu que o trabalho foi partilhado, por isso já está fazendo progressos.

No dia 19 de Maio vai acabar por reconhecer mais coisas!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O dia 19 de Maio não é para aqui chamado!

A Oradora: Nesse dia, quando nós fizemos a conferência, eu quero ouvir isso que o Sr. Deputado disse hoje, para confirmar se há coragem ou não da sua parte para dizer isso na frente das pessoas.

O Sr. Deputado já reconheceu que há trabalho partilhado, já reconheceu que há trabalho feito, bem bom.

Devo dizer-lhe que para além de muitas e muitas audições, que não é uma nem duas, que tiveram a ver com os consensos que houve que estabelecer até fazer-se a lei, há ainda um outro trabalho feito pela Universidade dos Açores e que, neste momento, está publicado, do qual o Sr. Deputado deve ter conhecimento, e que tem a ver com a formulação da Lei, com os vários cenários de convergência real.

É por isso que nós dizemos que a Lei de Finanças Regionais foi um passo importante, mas não foi um produto acabado, como nós gostaríamos que fosse. E por isso é que tem ser revista em 2001 e é por isso que se começa a pensar sobre isso. Porque os cenários de convergência que estavam nesse estudo, o qual está publicado em livro, não estão a verificar-se.

O próprio PRODESA - como os senhores sabem, porque é elaborado pelo Governo - diz que nós levaremos 36 anos para atingir a convergência real, aos ritmos de crescimento actual.

Portanto, é necessário um esforço ainda muito maior, para conseguir-se ritmos de crescimento muito maiores, para nos aproximarmos dos níveis europeus.

Nós crescemos, mas a Europa também cresce.

Só que nós não dizemos, como disse o Sr. Secretário das Finanças, que a convergência europeia e nacional era uma utopia.

A convergência nacional e a convergência regional são possíveis. Os vários cenários estão vertidos nesse trabalho que o Sr. Deputado não quer reconhecer e tem lá os prazos em que podemos atingir essa convergência, consoante as transferências que nos forem feitas.

Elas não estão a verificar-se, porque as transferências estão a ficar aquém dos montantes necessários para se atingir esses objectivos.

E é isso que tem que ser levado em conta agora na revisão da Lei de Finanças Regionais.

É esse trabalho que se vai iniciar no dia 19 de Maio, Sr. Deputado.

A partir daí, com todo o trabalho que foi feito antes, com toda a experiência colhida depois, teremos que avançar para um processo de revisão da Lei, que promova a convergência real da nossa economia, em prazos aceitáveis, porque 36 anos não é aceitável para ninguém!

Esta é que é a questão fundamental e é a que nos tem que preocupar daqui para a frente. Mérito houve algum, por parte deste Governo.

Mas o mérito que nós desejaríamos não teve. E na revisão de 2001 terá que ser tido isso em conta.

Essa é que é a questão fundamental e é aquela que nos deve ocupar daqui para a frente.

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr^a. Deputada Berta Cabral:

Em relação ao não saber o que se discute nesta Casa, estamos conversados.

A Sr^a. Deputada na última Sessão não sabia que tinha sido aprovado o plafond de avales. E disse-o, a RDP repetio-o indefinidamente, sem tão pouco desmentir o que foi desmentido nesta Casa, de que o Governo deu um aval à COFACO sem ter vindo a esta Casa receber a autorização.

Se já sabia que nós já tínhamos aprovado esse plafond de avales e não o disse, então isso é alta demagogia e mentir a esta Câmara é muito pior.

Por outro lado, o orçamento rectificativo de que falou aí, tem alguma coisa a ver com o rectificar-se alguma das previsões das receitas?!

Claro que não!

Então a Sr^a. Deputada vem para aqui fazer o quê?!

Eu acho que a Sr^a. Deputada já não está a falar para esta Câmara, mas sim para a comunicação social.

Como sabe que perde o debate - o PSD não a senhora - perante a qualidade da governação do PS, já recorreu a todos os assuntos, inclusivamente ao Sismo, agora vai na convergência real, tendo já falado mil vezes no dia 19 de Maio.

Sr^a. Deputada, garanto-lhe uma coisa: este Governo do PS é muito melhor do que qualquer um dos Governos anteriores do PSD.

Deputado Victor Cruz (PSD): Qual Governo?!

O Governo que não está aqui!

O Orador: O PSD não soube ser governo. Agora não sabe ser oposição.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Augusto Élavai quando diz que eu passo por todos os assuntos, veja lá o que é que está a dizer, porque o senhor agora é que foi buscar a história dos avales da COFACO.

Portanto, veja bem a sua falta de argumentos para ir rebuscar argumentos de outras sessões, que nem sequer têm nada a ver para o caso.

No entanto, eu tenho o maior gosto em esclarecê-lo.

Quando foi discutido nesta Casa o plafond de avales por altura da aprovação do Orçamento, ninguém aqui falou na Lotaçor!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Nem tinha que falar!

A Oradora: Essa é que é a verdade.

Ninguém aqui disse que 1 milhão de contos era para a LOTAÇOR, pelo contrário. Disse-se sim, inúmeras coisas para inúmeras outras possíveis aplicações. Não se falou aqui na LOTAÇOR, nem na COFACO. Não se falou aqui em atribuir avales para esse sector.

Essa é que foi a questão, porque saber que tinham 1 milhão de contos, eu própria mostrei-lhe aqui, na altura em que discutimos o Orçamento que foi aprovado.

Portanto, eu sei muito bem o que é que foi aprovado e continuo a dizer que na altura em que discutimos o Orçamento, não foi aqui referido nenhum aval para a LOTAÇOR, não foi considerado isso.

Portanto, sobre isso e por falta de argumentos, já está a ver quem é que tenta encontrar aqui manobras de diversão, trazendo para a discussão questões que não têm nada a ver para o caso, para depois acabar sempre - e isso sim para a comunicação social! - por dizer que este Governo fez e que este Governo aconteceu.

Já agora, eu diria que o Governo está muito bem representado nessa bancada, porque realmente na sua bancada essa representação é minoritária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para concluir, embora não seja jurista, há uma coisa que aprendi e que é uma das características da lei, isto é, ser geral e abstracta.

Portanto, o Decreto Legislativo Regional que aprovava o Orçamento não tinha que referir que aquele milhão de contos era para a COFACO ou para a SATA ou para a EDA. Nem tão pouco tinha que dizer para quantas empresas era e quanto dinheiro era. O plafond é de 1 milhão de contos tão somente.

Por isso, não há que trazer para esta Casa esse assunto.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Toda a gente sabe que o Orçamento é discutido em Comissão, ouve-se os vários Secretários, nomeadamente o Secretário Regional das Finanças e é discutido nesta Casa. E quando se faz a discussão artigo por artigo, questão por questão, questiona-se o Governo.

Nunca foi referido, em Comissão ou neste Plenário, que o aval era para a LOTAÇOR e para a COFACO.

Deputado Francisco Sousa (PS): Nem tinha que ser!

Isso é que é descaramento!

A Oradora: Pode percorrer todos os documentos, os gravados e os escritos, e vai ver que nunca se referiu que o aval era para a COFACO.

Essa é que é a questão!

Não tem que estar na lei, mas quando se questiona um membro do governo, ele tem que dizer para que é que prevê determinados montantes, nesse caso concreto o montante dos avales.

Não estou a dizer que isso tem que estar na lei, porque eu sei que não tem que estar. Mas quando se discute o Orçamento e quando se fez perguntas a um membro do Governo, essa questão nunca foi posta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que esta questão já está bem esclarecida, por isso não queria entrar nalguns pormenores que foram aqui objecto deste debate, porque parto do princípio de que cada um tem o direito de actuar, nesta Casa, da forma que entende.

É óbvio que todos nós temos perfeita consciência de que quando se verifica uma postura que visa apenas bajular o Governo e quando isso é feito de forma excessiva, a nossa convicção é de que isso funciona rigorosamente ao contrário.

Na óptica do Partido Popular, há méritos registados durante o mandato deste Governo em matéria de Finanças Públicas Regionais que, ao não serem tratados técnica e politicamente de forma correcta, inclusivamente acabam, na prática, por prejudicar aquilo que eventualmente possam ser elementos positivos e trunfos por parte do Governo.

Embora não tenha propriamente paralelo efectivo, todos nos lembramos no regime anterior, na Assembleia Nacional Portuguesa, quando o Deputado Casal Ribeiro exagerava nos louvores e nas críticas ao regime, que eram os próprios elementos lúcidos do regime, que intercediam junto do Deputado Casal Ribeiro, para que ele se moderasse, porque a forma excessiva como aquele Deputado fazia louvores ao regime anterior, denunciava perante o País, perante a opinião pública, as maiores fraquezas desse regime.

Felizmente, estamos em democracia e ainda bem que todos os Srs. Deputados têm o direito de agir como entendem.

No próprio sistema autonómico regional e democrático, eu ainda me lembro de algumas das observações que o Deputado Francisco Sousa fazia a um conhecido e simpático Deputado da bancada do PSD...

Deputado Francisco Sousa (PS): A sua esposa está a receber os lucros profissionais que este Governo está fazer!

(Protestos inaudíveis dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro conclua a sua intervenção.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há ocasiões que realmente se as pessoas estivessem caladas, teriam evitado que se fizesse um juízo sobre o seu perfil!

Seja como for, posso dizer-lhe o seguinte.

O Sr. Deputado Francisco Sousa fez referência a um elemento do meu agregado familiar, que é funcionário público, neste caso professor. E, portanto, julgo que agiu um pouco com saudade de sindicalista que penso já não é.

Mas gostaria de dizer que se os professores desta Região beneficiam de algumas acções positivas dos sindicatos, outros também são vítimas da subjugação de alguns deles ao poder político instalado.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Gostaria ainda de dizer que todos os professores, funcionários públicos da Região Autónoma dos Açores, incluindo os que fazem parte do meu agregado familiar, neste momento e indevidamente, estão pagando ao erário público mais 5 pontos percentuais no IRS, devido à inoperância, pela incapacidade e pela incompetência do Governo Regional dos Açores!

Vozes dos deputados das bancadas do PSD e PP: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se me permitem, e esclarecida a nossa leitura sobre certas posturas e comportamentos nesta Assembleia, que pelos vistos não agradam a alguns altos responsáveis do

Partido Socialista, eu gostaria de referir uma questão de ordem ética e que tem a ver com a defesa desta Casa.

Não é a primeira vez que o Sr. Deputado Augusto Élavai traz a esta Assembleia uma intervenção baseada em documentos internos do Governo Regional dos Açores, que não são do conhecimento desta Casa.

Isto já aconteceu em anos anteriores e se bem me lembro, deram origem à observação que eu vou aqui repetir.

Não ponho em causa o direito do Sr. Deputado fazer a intervenção, como é óbvio. Mas quando levanto a questão ética e a questão do comportamento do Governo perante esta Casa, tenho o seguinte fundamento. Ou seja, um dos instrumentos fundamentais de acompanhamento e fiscalização da acção do Governo, são os relatórios de execução, é a prestação das contas.

O que o Governo Regional fez foi, concluído o fecho das contas (pelo menos parte delas) relativamente à gerência do ano anterior, apressou-se, como é aliás seu hábito, a dar conta, através da comunicação social em conferência de imprensa, aos açorianos em geral, da sua leitura sobre a execução financeira do Orçamento de 1999. Em vez de ter-se preocupado em fornecer o mais cedo possível ao Parlamento dos Açores, que tem obrigação - repito - de controlar e fiscalizar a acção do Governo, o qual está obrigado, submetido e deve responder politicamente perante esta Assembleia que tem competência de ajuizar a actividade do executivo e, por conseguinte, o Governo antes de fornecer os elementos aos representantes do Povo dos Açores, "saltou" por cima da Assembleia, como é seu hábito e sua estratégia, e deu esses dados aos parceiros sociais e ao Povo em geral.

Aliás, uma política característica deste Governo minoritário, que não tem a confiança da maioria do Povo dos Açores, nem representa a maioria do Povo dos Açores, e depois da crise que provocou na Região Autónoma dos Açores no início do ano passado, todos já percebemos que é a de fazer pontes directas com os sectores que domina através da dependência económica, ou que influencia através do controle que exerce, nomeadamente sobre determinados meios de comunicação social do sector público.

Por conseguinte, este Governo não está minimamente sensibilizado para respeitar esta Casa, não está minimamente interessado em submeter os elementos de execução do Plano e Orçamento de 99 a esta Casa, que é quem tem competência e capacidade de controle, preferindo, outrossim, estar disponível para atirar aos açorianos com os milhões e as execuções de cem por cento que usualmente apresenta a todos nós.

Portanto, eu queria dizer que na óptica do Grupo Parlamentar do Partido Popular, a nossa posição é de protesto pelo facto do Governo tornar público parte ou leituras de documentos que não foram entregues a esta Casa. Logo, ela não está em condições de fazer um juízo acerca das contas de gestão orçamental do ano anterior.

O Sr. Deputado Augusto Élavai demonstrou ter alguns elementos, ou aqueles que o Governo lhe forneceu, relativamente a essa matéria. Por isso, tem o direito de sobre eles poder tecer as suas considerações. Agora, deverá também reconhecer o nosso direito em defesa do Parlamento, de reagir com veemência perante esta situação anormal, eticamente condenável e politicamente repudiável.

E é sobre essa matéria que o Partido Popular quer deixar aqui muito claramente a sua posição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas um breve esclarecimento à Câmara.

Na primeira parte da minha intervenção, teci algumas considerações para explicar como é que disponho dos elementos, que são públicos através da comunicação social. Isto é, se os elementos e os números fossem maus para o Governo, a oposição não perderia um dia para fazer uma conferência de imprensa a esse propósito.

Portanto, eu tenho todo o direito de trazer a esta Câmara os números que são públicos e que mostram a boa actividade governativa do Governo.

Em segundo lugar, quando me acusam de ter sido excessivo, acho que não fui.

Posso dizer que até retirei alguns elementos, porque de facto eram demasiados para eu trazer para aqui.

Assim sendo, não é a minha intervenção que é excessiva. Eu acho que a realidade em si é que é excessiva. E a actuação deste Governo ultrapassou as vossas expectativas,

mas a culpa não é nossa. A culpa é das vossas expectativas que era muito baixas relativamente à actuação deste Governo.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para recordar uma questão relativamente à qual o Sr. Deputado Augusto Élavai fez de tudo para passar-lhe por cima e que se prende com a execução do Plano. Fazer aqui considerações sobre documentos que não estão nesta Assembleia, como acabou de dizer o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, é no mínimo pouco ético. Mas fazer considerações sobre o Plano não é pouco ético e sobre isso eu não ouvi uma palavra da sua boca.

Explique-me por que é que 1 milhão e 800 mil contos do Sismo não foi aplicado.

Explique-me onde é que foram aplicados os outros 6 milhões de contos.

Sobre isso, eu não ouvi nada da sua parte.

E a propósito da sua intervenção, o Sr. Deputado ainda por cima veio dizer que não foi excessivo, porque havia muito mais para dizer. Pois, havia de facto, nomeadamente os aspectos negativos que fez tudo por tudo para esquecê-los e passar por cima deles.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queria deixar passar esta oportunidade, sem fazer algumas considerações sobre aquilo que desde há uma hora e meia estamos aqui a assistir.

De facto, pegar num conjunto de números de execução orçamental e jogar com eles, melhor do que eu aqueles que são especialistas nas matemáticas, sabem que eles podem ser postos a nosso bel prazer e de muitas maneiras.

É já esta a segunda vez - porque no ano passado houve a mesma coisa - que o Sr. Deputado Augusto Élavai junta os gastos do Governo Regional, relativamente à execução dos planos e orçamentos, e faz a sua leitura.

No entanto, eu gostaria de chamar a vossa atenção para um aspecto que considero de uma grave desonestidade política. Ou seja, pegar num orçamento e dizer que foram gastos, em determinada rubrica, 80 ou 90 ou até 100%; pegar num programa do Plano e dizer que, naquele programa, foram gastos 100%, Sr. Deputado estou convencido que qualquer governo, por muito incapaz que seja, terá possibilidades de fazer exactamente a mesma coisa.

Porém, para mim, isso é uma desonestidade política, porque aquilo que eu como deputado quero é ter a execução material do Plano. É isso que eu quero.

No dia em que o Governo Regional entregar nas nossas mãos a execução material do Plano e nós pudermos efectivamente verificar o que é que materialmente o Governo propôs e cumpriu, aí sim, estamos todos em igualdade de circunstâncias e vamos todos analisar aqui como foi cumprido esse Plano. Agora, vir o Sr. Deputado dizer, por exemplo, que no Programa 18 o Governo gastou 90% e nós sabermos que dessa percentagem 20 ou 30 acções foram pura e simplesmente "varridas", tendo sido o dinheiro correspondente internamente transferido - o que é legal - para outras acções que foram executadas e que foram mal orçamentadas, é evidente...

Deputado Francisco Sousa (PS): Essa agora, mal executadas?!

O Orador: Sim Sr. Deputado!

Se determinada acção estava orçamentada para 20 mil contos e se se foi buscar a outra acção mais 20 mil, gastando-se no total 40 mil, é óbvio que houve má execução.

Portanto, é necessário que nós tenhamos nas nossas bancadas a execução material do Plano, porque para mim, a execução financeira de pouco me serve. Aliás, já foi aqui focado o problema do Sismo, em que quase 2 milhões de contos não aparecem, não foram gastos, não foram executados. E é por isso que nós vamos às freguesias e verificamos que as pessoas protestam e dizem "eu não tenho ainda a minha casa feita", "o projecto ainda não foi feito e eu vivo debaixo de água e em tristes condições"!

Foi por isso que ainda ontem eu levantei aqui um problema em relação às Flores, sobre uma acção que foi programada e que não foi executada e, por consequência, o

dinheiro não foi gasto nessa acção. Terá sido gasto noutra acção por transferência interna.

Ora, relativamente a esta matéria, o que é fundamental é que o Sr. Deputado convença o Sr. Secretário Regional das Finanças, que raramente aqui aparece, de que é realmente importante e fundamental para esta Casa e para a Região Autónoma dos Açores, que a execução material do Plano possa ser feita atempadamente, no sentido de que nós possamos confrontá-la com a proposta de plano aqui aprovada e para que, então, possamos fazer aqui a análise que V. Ex^a. pretendeu fazer, mas não conseguiu. Jogar com números e dizer-se que no programa A, B ou C foram gastos 80, 90 ou 100%, isso é fácil, mas não diz nada.

Pode o Sr. Deputado trazer isso, aparentemente, em proveito daquilo que pretende defender, no entanto na realidade, em termos políticos, poderá ser positivo, aparentemente, mas em termos práticos, em termos de solução dos problemas desta Região, isso nada significa, em meu entender.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em relação à execução do Plano, ela está ainda dentro dos prazos para vir a esta Assembleia. Quando chegar então a esta Casa, o Sr. Deputado pega na execução do Plano, faz uma intervenção sobre isso e faremos um debate.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Já o fiz ontem!

O Orador: Portanto, a execução está dentro dos prazos, por isso o Governo não está atrasado na sua entrega a esta Assembleia.

O que eu fiz foi tecer considerações acerca da taxa de execução global do Plano, não me ouviu falar em nenhum programa.

Sr^a. Deputada Berta Cabral:

No que concerne à pergunta do Sismo, posso dizer-lhe aquilo que disse logo no início deste debate.

Há um ditado que diz que "quando tiveres muitos argumentos, usa os melhores. Quando não tiveres nenhuns, usa-os todos".

A prova provada de que está a usá-los todos é que já os repete. Já falou duas ou três vezes no Sismo, a ver se alguém pega nisso.

A questão de fundo aqui prende-se com a execução do Orçamento de 1999.

Era só isto que eu lhe queria dizer.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Deputado responda primeiro a essa questão, que depois nós continuamos!

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente penso que esta discussão já não traz nada de novo.

Queria apenas deixar muito claro que quem não tem argumentos é o Sr. Deputado Augusto Élavai que, pela segunda vez, repete o mesmo ditado que não sei onde é que o descobriu. Mas isso é consigo, bem como fica também com a falta de argumentos.

Eu continuo a dizer que fica por esclarecer muita coisa neste Plano e uma das principais coisas é a questão dos 2 milhões de contos que não se sabe para onde é que foram.

Isso sim, como dizia há pouco o Sr. Deputado Paulo Valadão, é que é desonestidade política!

Isso é falar em execuções orçamentais, quando em Dezembro se aprovou aqui um orçamento rectificativo. Portanto, desde logo, sabia-se qual é que ia ser a execução orçamental, isto é, será aquela que o orçamento rectificativo tinha proposto como dotação revista.

Isso é assim e o Sr. Deputado sabe bem disso.

Relativamente ao Plano, como as transferências são feitas pelos próprios departamentos, fazem-nas em fracções, em projectos do mesmo programa e a verdade é que neste, que é um projecto do Programa 33, tem menos 2 milhões de contos.

E isso nem o Sr. Deputado explicou, nem ninguém conseguiu explicar, por isso não venha com esses argumentos, porque só demonstra, sim, a vossa falta de argumentos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não há nenhum plano que seja cumprido com toda a precisão em todas as acções. Isso é normal. Não há nenhum plano até hoje que tenha sido cumprido na íntegra. Na globalidade esta é a verdade que é indesmentível.

Veja-se a quantidade de verba executada no plano global.

Nunca houve nenhum plano que tivesse uma execução tão forte como este.

Deputada Berta Cabral (PSD): Gastar dinheiro qualquer um gasta!

O Orador: Sr^a. Deputada, a obra está à vista.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Onde é que está a obra da reconstrução?!

O Orador: É sempre assim.

Se formos ver acção por acção, há sempre uma que fica um pouco mais atrás, outra que fica mais adiante, mas isso é normal.

Não se pode prever, a um ano de distância, acção por acção.

Nós só podemos gastar dinheiro nas acções que estão lá programadas.

Houve uma acção que andou mais depressa que outra, é verdade. Mas a execução, essa, foi uma das maiores de sempre.

Que isso fique muito claro aqui nesta Casa.

Deputada Berta Cabral (PSD): E o Sr. Secretário fica muito satisfeito com isso!

O Orador: Fico muito satisfeito, porque todas as acções foram aprovadas nesta Assembleia.

Não há acções que sejam todas feitas com este grau de execução no governo anterior nem no que vem a seguir. Será tudo feito milimetricamente como se tinha planeado.

Mas este grau de execução global foi o maior de sempre.

Quando à reconstrução, devo dizer que não há nenhum dinheiro retirado a ela. Houve, sim, através de uma estratégia clara, verbas que foram retiradas às estradas para outras áreas também dentro das calamidades.

Portanto, não se retirou o que quer que seja à reconstrução.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Aquilo que era essencial ficou claramente previsto.

A reconstrução não se atrasou um milímetro por causa de verbas que não foram aplicadas - que isto fique muito claro!

Nós estamos aqui para demonstrar de boa fé aquilo que fizemos.

Não cumprimos com tudo aquilo que prevíamos, mas isso é normal.

Há acções que tiveram um grau de execução maior e há outras que tiveram um grau de execução menor.

Basta ver um exemplo que foi aqui referido ontem, a propósito da marina da Horta.

De facto, foram abertas as propostas em 98, mas não foi nesse mesmo ano que tivemos o Sismo?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eles não pensam nisso.

O Orador: O que é que era importante aqui para a Horta?

A reconstrução ou a obra da marina?

É claro que perante o Sismo, atrasámos a marina. Agora é que vai avançar.

Portanto, é preciso que haja a noção de que as coisas têm o seu tempo próprio. Ou seja, há um plano relativamente ao qual nós comprometemo-nos perante esta Assembleia a cumprir.

É evidente que cada acção diverge da outra, é maior do que outra. Haverá sempre alguma mudança, será sempre assim. Mas na globalidade, este Plano apresenta a maior execução de sempre. E isso é que vos dói!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava longe de ouvir a defesa de que o planeamento nesta Região tinha que ser analisado de forma global. Aliás, este conceito de planeamento não é novo, porque há muitos, muitos anos atrás, o então Presidente do Governo Regional entendia que o planeamento a analisar por esta Assembleia tinha que ser global, tinha que ser geral.

Foi necessário um grande esforço, no sentido de que fosse reconhecido o direito a esta Casa de exigir que o mesmo fosse analisado por programas, por projectos e por acções.

No entanto, este conceito já foi ultrapassado há 20 anos. E desde então, o planeamento tem que ser analisado em função desta estrutura e em função de duas execuções: a execução financeira e a material.

Nesta Casa, nós só podemos analisar essa execução, se tivermos a possibilidade de verificar como é que, financeira e materialmente, ela foi feita.

Não é pelo facto de haver 50 milhões de contos e ter-se gasto 50 milhões, que há um planeamento bem executado. Aliás, ao contrário daquilo que procura dizer o Sr. Secretário Regional, porque mesmo que existam os tais 50 milhões de contos e que tenham sido gastos em execução, este plano pode ser pessimamente executado.

Não estou aqui a fazer qualquer juízo de valor. Estou apenas a fazer considerações teóricas, porque realmente nós só podemos ajuizar de uma coisa, quando pudermos fazer a análise efectiva do que é que foi executado, do que é que foi gasto, como foi gasto, como foi executado.

Por outro lado, quando o Sr. Secretário diz que relativamente à rubrica apontada anteriormente pela Sr^a. Deputada Berta Cabral, foram executados 100%, não se construiu casas, mas construiu-se estradas, é evidente que pensamos que o Plano foi mal executado, pois enquanto há pessoas que estão ainda à chuva e em péssimas condições de habitabilidade, nós pensamos que esse seria o primordial aspecto a considerar. Aliás, foi esse aspecto exactamente que veio consignado no Plano aqui aprovado, portanto seria o mais importante, em detrimento das estradas que viriam a seguir.

Portanto, este é que é o grande problema. Ou seja, a questão está em que, neste momento, esta Casa não tem condições para analisar a execução do Plano, porque efectivamente não sabe como é que ele foi executado materialmente.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que há aqui uma questão que o Governo ou não percebeu, ou não quer perceber. E há 3 anos e meio vem fazendo um discurso que os açorianos não apreciam particularmente e que é dizer que gasta muito.

Quando 12% dos açorianos vive do rendimento mínimo, acha que o povo aprecia que todos os dias o Governo diga que gasta milhões de contos?! E que não demonstre onde é que os gasta?!

O problema não é gastar. Qualquer um gasta.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É preciso saber gastar bem gasto!

A Oradora: Como já se disse aqui, não é preciso que um governo seja muito competente para gastar dinheiro. Se calhar quanto mais incompetente for o governo, mais gasta.

O problema não é gastar dinheiro, o problema não é executar 100%, porque fazer isto é gastar.

O que interessa aqui é o resultado da despesa, e não a mesma em si. Ou seja, é a vantagem que decorre para cada um de nós e cada açoriano, dessa despesa.

Isso é que é importante.

Por isso é que a execução material é que importa, isto é, saber o que é que se fez, com cada centavo que o Governo gastou.

Dizer que o Governo gastou muitos milhões, qualquer um faz isso!

É preciso é saber se o Governo fez da forma mais económica, mais racional, aplicando da melhor maneira, em proveito dos açorianos e atingindo os objectivos que se pretende. E aqui, no exemplo concreto que eu dei, que é o caso do Programa 33.8, eu ouvi - e não foi só uma vez, foram várias vezes e dito por vários Membros do Governo, de entre os quais o Presidente - que a reconstrução não está atrasada, porque executámos tudo o que estava previsto no Plano.

Isto foi dito e está gravado em variadíssimas ocasiões, dito por várias vezes.

Ora, em primeiro lugar, a reconstrução **está atrasada sim**, porque constata-se isso mesmo da parte de qualquer um de nós, mesmo que já tenham gasto 7 milhões de contos. Ela continua atrasada.

Então, face a isso, eu pergunto: onde é que gastaram os 7 milhões de contos?

Porque, como eu já disse aqui, 7 milhões de contos dá quase 20 mil contos por dia.

Dá pelo menos duas casas. E onde é que elas estão?!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E a Sr^a. Deputada sabe onde é que elas estão?!

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): É 3 vezes mais do que para o St^a. Clara!

A Oradora: São 20 mil contos por dia!

Quando a gente desdobra estes milhões por dia, temos logo a noção do que é que estamos a falar, porque são tudo contos ao milhão, só que faz-se o desdobramento e já vamos ver o que é que é 20 mil contos por dia, comparado com o rendimento de

cada açoriano. E então aí, é que eu vou confrontar o Governo, para saber onde é que gastou esse dinheiro!

E essa resposta nunca foi dada ainda!

Os senhores se tivessem 110% para gastar, gastavam 110, é evidente, sabem gastar bem! - já percebemos isso.

O que nós queremos saber é onde gastaram esse dinheiro e se o gastaram bem - essa é que é a questão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados; A nossa economia vai bem graças a Deus!

Deputado Mark Marques (PSD): Não meta Deus nisso.

O Orador: Graças também a este Governo.

A Sr^a. Deputada sabe muito bem que o desemprego nesta Região anda à volta dos 2,7%. Sabe também que todos os indicadores macro-económicos mostram claramente que a Região Autónoma dos Açores está em franco crescimento e não é conjuntural, está mesmo a crescer.

Mais. Nós sabemos que somos uma Região atrasada. Sabemos que estamos ainda num estado de desenvolvimento atrasado. Outras regiões estão mais avançadas que nós.

Nós estamos a tentar recuperar da situação em que estávamos.

Actualmente, os Açores é uma das regiões com maiores taxas de crescimento. E veja-se o crescimento na electricidade, veja-se o crescimento no sector turístico e em todos os indicadores.

Nós estamos a crescer bem e a bom ritmo. Mas ainda somos uma Região atrasada. Temos ainda muita pobreza. Mas temos orgulho de estar a combatê-la.

Nós somos adeptos do rendimento mínimo garantido, que tem defeitos, mas procuramos melhorá-lo. Sabemos que ele é indispensável para dar satisfação e resposta a muitas famílias que ainda estão excluídas da nossa sociedade.

Nós somos adeptos do rendimento mínimo, não temos nada contra ele.

Deputada Berta Cabral (PSD): Eu nunca disse que não era!

O Orador: Há outros partidos que não o consideram importante. Mas nós consideramo-lo ideologicamente e não temos vergonha de dizer que o defendemos nesta Região.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Gostaríamos de actuar de uma forma melhor e estamos a trabalhar para isso. Por isso, gostaríamos que também a oposição nos ajudasse nessas áreas. E todas as críticas no sentido da melhoria do sistema do rendimento mínimo garantido, são bem-vindas.

Porém, vejamos uma coisa que é muito clara. Todos os planos têm centenas de acções, as quais nem sempre são cumpridas na totalidade, há umas que são mais cumpridas que outras.

Eu dei um exemplo aqui muito claro, que se prende com a marina da Horta e que não foi avançada tão depressa quanto se queria, porque nós tivemos o Sismo que afectou esta ilha. Era, portanto, mais prioritário reconstruir casas, após o Sismo, do que avançar com as obras da marina.

Deputada Berta Cabral (PSD): Mas as casas não estão construídas!

O Orador: Repare bem: em 99 nós tínhamos inscritos no Plano 2 milhões 670 mil contos para a reconstrução de casas e foram gastos 2 milhões 588 mil contos, ou seja, uma execução de 99%, Sr^a. Deputada. O resto não tinha intrinsecamente a ver com a reconstrução de casas, mas sim com calamidades, com obras de estradas. E é normal que umas estradas avancem mais depressa que outras. Elas não saíram daquele programa das calamidades, só que algumas estradas avançaram mais. E, respondendo já ao Sr. Deputado Paulo Valadão, algumas que avançaram mais depressa foram precisamente as da Ilha das Flores.

Portanto, é normal que isso aconteça. Os projectos aparecem mais expeditos, logo, alguma acção avança mais rápido do que outra. Mas o que é essencial - e eu repito-o - aquilo a que se chama **reconstrução**, aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo Regional, continua a estar certo. Não houve verba que não fosse utilizada na reconstrução. Mas não podemos avançar mais depressa, porque há um ritmo próprio do seu avanço.

Eu vivi a reconstrução na Terceira. Eu estive lá durante 1980, 81, 82 e só saí de lá em 83. E nessa altura, havia ainda muita coisa para se fazer.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Ainda hoje há.

O Orador: Fala-se de crise. E é evidente que eu percebo que existe insatisfação na Ilha do Faial e na Ilha do Pico e haverá certamente nos próximos anos.

Nós gostaríamos de resolver todos os problemas ao mesmo tempo.

Nós sabemos quão desagradável é viver fora da sua casa e o drama dessas famílias.

Mas não podemos fazer tudo de um momento para o outro. Nem os senhores fizeram.

Eu lembro-me do tempo das barracas do Bailão. E na Terra Chã ainda existem casas do sismo.

Nós agora, passados 20 anos, é que vamos resolver as sequelas do Sismo de 1980.

Ninguém tem uma varinha de condão para resolver todos os problemas ao mesmo tempo.

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, sejamos claros sobre isso.

Não se faça demagogia sobre essas coisas.

A realidade é esta: nós temos um período lento, mas que é seguro, à nossa frente, em que a reconstrução vai ser feita, atendendo sempre aos casos prioritários. Mas, assim mesmo, no meu entender, estamos a fazer bem mais do que fizeram os senhores no passado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar de clarificar aqui algumas situações, ainda que rapidamente, em relação à última intervenção do Sr. Secretário da Economia, na parte que diz respeito à reconstrução.

Certamente porque ontem as coisas não vos correram bem, hoje o Sr. Secretário quer trazer de novo o assunto à baila.

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: Não correram bem porquê?!

O Orador: Eu só quero dizer que V. Ex^a. faz demagogia, tal como o seu colega da Habitação costuma fazer, quando pretende comparar o Sismo da Terceira com o do Faial.

Em primeiro lugar, não há comparação entre os sismos que ocorreram nestas duas ilhas, relativamente à sua dimensão e aos estragos que provocaram num lado e noutro.

Felizmente, aqui na Ilha do Faial, embora a situação seja grave e complicada, em números, na Terceira o sismo provovou uma desgraça muito maior.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Esta ilha é muito mais pequena também.

O Orador: Em segundo lugar, os senhores vêm dizer que ainda existem restos de coisas do sismo para fazer na Terceira. Mas o que o Sr. Secretário tem que comparar e ver é, passados 2 anos sobre o Sismo da Terceira, o que é que já estava feito lá e o que está feito agora no Faial, porque a gente não sabe daqui a quantos anos é que a reconstrução vai acabar aqui!

Portanto, o Sr. Secretário tome cuidado com esta situação!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta comparação entre a Terceira e o Faial tem sido repetida aqui até à exaustão. E eu até poderia dizer uma outra coisa, ou seja, se o sismo tivesse ocorrido em S. Miguel, muito mais se tinha feito.

É preciso reparar que a Ilha Terceira tem 55 mil habitantes e o Faial tem 15 mil. Ou seja, a produção desta ilha é sempre inferior à produção que poderão ter as Ilhas de S. Miguel ou Terceira.

É sempre assim.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mas porquê?!

O Orador: Porquê?!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Devia ser ao contrário!

O Orador: Porque não se pode criar...

(Protestos inaudíveis dos deputados da bancada do PSD)

O Orador: Srs. Deputados, eu vou explicar.

É muito mais fácil reparar mil casas numa ilha maior, do que numa ilha pequena reparar esse mesmo número.

Deputado João Cunha (PSD): Pelo amor de Deus!

O Orador: Numa ilha que tem 55 mil habitantes será mais fácil reparar mil casas, do que fazê-lo numa ilha que tem apenas 15 mil habitantes.

Isto é muito simples de explicar, isto é, o mercado de trabalho esgota-se e não se pode importar todos os trabalhadores de outra ilha para esta.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Esgota-se tanto de um lado como de outro!

O Orador: Isto é assim mesmo. Há uma proporção real.

O Sismo do Faial foi tão forte para esta ilha, como o da Terceira foi para aquela ilha. Só que a proporção da ilha também é diferente. E se fosse em S. Miguel, aquela ilha aguentaria com um sismo muito mais forte, porque a população da ilha é também muito maior. A capacidade de resposta da ilha é maior.

Portanto, não se pode comparar ilhas com capacidades de resposta diferentes. Essa é que é verdade.

A realidade é que o Sismo da Terceira provocou estragos que levaram muitos anos a serem reparados.

O Sismo do Faial vai levar, em proporção, muito menos anos.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é a este ritmo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para intervir neste debate, porque de facto já ouvi muitas vezes falar e fazer comparações entre a reconstrução da Terceira e a do Faial.

Parece-me que há aqui uma demagogia que tem que ser desmontada. Desde logo, porque penso que o Sr. Secretário Regional da Economia - permita-me que lhe diga isto - não está no seu perfeito juízo, quando faz esse tipo de comparação.

Sendo o Sr. Secretário um académico, tendo V. Ex^a. vivido na Terceira nos anos 80, deveria saber que relativamente às cidades de Angra e Horta, a primeira ficou praticamente toda no chão e esta está praticamente toda de pé. Mas eu nem sequer vou seguir por aí, ou seja, eu não vou quantificar os estragos, porque em 1980, felizmente, eu era muito novo e não me lembro bem dos estragos. Porém, há um aspecto de que tenho noção clara e sobre o qual o senhor também devia ter.

Deputado João Cunha (PSD): Devia, mas não tem.

O Orador: Ou seja, das tecnologias e meios que existiam em 1980 e o que existe hoje. Do que é que existia em 1982 - dois anos após o Sismo da Terceira - e o que é que existe hoje.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E o dinheiro não conta?!

O Orador: Atente-se também no número de camiões, de máquinas, etc..

Sr. Secretário Regional da Economia:

Em 1982, dois anos após o Sismo que abalou a Ilha Terceira, havia a Lei de Finanças Regionais...?

Havia governos da república cooperantes que mandavam os governantes aos Açores, prometendo milhões de contos para as famílias sinistradas...?

Havia a União Europeia...?

Não havia nada disso, Sr. Secretário!

Parece-me totalmente demagógico da sua parte, depois de ter dito que viveu na Terceira nessa altura, vir para aqui fazer esse tipo de comparação.

Eu não vivi na Terceira, aliás eu era muito novo nessa altura, mas não posso admitir que se façam comparações dessas!

Sr. Secretário Regional:

Três freguesias da Ilha Terceira são aquilo que aconteceu no Faial inteiro!

E dois anos depois, com as tecnologias rudimentares que haviam na altura, com a falta de camiões para o transporte, mas com a ajuda de muitos açorianos que se deslocaram de outras ilhas para a Terceira, ela estava mais reconstruída do que o Faial está hoje. Isso eu posso assegurar-lhe, porque já fui consultar os números, coisa que se calhar o senhor não fez ainda!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parte do que eu ia dizer já foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa. Queria apenas acrescentar mais uma situação.

A grande diferença que há entre a Terceira e o Faial, não é o facto daquela ilha ter 55 mil habitantes e aqui ter 15 mil, porque isso até devia ser um benefício e uma vantagem para a sua recuperação. A diferença está na capacidade organizativa que foi posta na Terceira e a que foi aqui no Faial - essa é que é a grande diferença!

O Sr. Secretário fez referência às grandes dificuldades que existem no Faial. E eu devo dizer-lhe que também estava na Terceira nessa altura e pude verificar que até o cimento tinham que ir buscá-lo à Espanha. As dificuldades de transporte eram enormes. Alugava-se navios para ir buscar cimento à Espanha. Também o problema das tecnologias que o Sr. Deputado do PP aqui referiu, em que não há qualquer comparação entre o que era e o que é hoje.

Eu vou repetir o que já disse aqui outro dia. Ou seja, em 1983, três anos depois do Sismo, Angra do Heroísmo foi classificada Cidade Património Mundial pela UNESCO, **três anos depois!**

A cidade de Angra que ficou totalmente destruída no dia 1 de Janeiro de 1980, três anos depois, estava classificada como Património Mundial da UNESCO!

(Aplausos dos deputados das bancadas do PSD e do PP)

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): E o que é que isso tem a ver para aqui?!

O Orador: Os senhores querem melhor exemplo do que este, acerca do que foi a reconstrução da Terceira?!

O Sr. Secretário quer comparar isto com o Faial?!

Pelo amor de Deus, Sr. Secretário, não vale a pena!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Apartes e protestos inaudíveis trocados entre alguns deputados das bancadas do PS e PSD).

Presidente: Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado seguinte possa pelo menos começar a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pessoalmente, tenho procurado sempre fazer uma análise serena, interiorizando muitas vezes o sofrimento das pessoas que estão passando por isso, e procuro, dentro da frieza possível dentro na dor humana, humildemente, ir de algum modo dando sempre esperança àqueles que precisam dela.

Se é verdade que a Comissão de Acompanhamento do Processo de Reconstrução, em Janeiro de 99, quando percorreu as freguesias sinistradas, a maior ansiedade que encontrou naqueles que sofreram esta catástrofe era o realojamento, não é menos verdade que agora, quando a mesma Comissão visitou essas mesmas freguesias, esse assunto já não se põe.

Com toda a serenidade, quero dizer que aquilo que muitas vezes foi aqui trazido como uma grande questão de falta de empenhamento do Governo, efectivamente neste aspecto, agora já não o é.

O assunto é sério e dentro das minhas fracas capacidades, estou procurando atribuir-lhe a maior seriedade que ele tem.

Depois começaram a aparecer as questões e as opiniões. E aqui há duas opiniões fundamentais neste processo.

O Governo assume que prefere as empreitadas, porque melhor fiscaliza, porque melhor será a reconstrução, com mais qualidade e com mais segurança. E há outra corrente de opinião que defendia algo parecido com a reconstrução da Ilha Terceira. Mas o que é certo é que hoje posso afirmar, por aquilo que ouvi, de que esse tipo de reconstrução já não é possível, porque as pessoas não assumem e porque são ilhas envelhecidas.

Algumas das pessoas que em determinada altura chegaram a pensar que podiam fazer a reabilitação ou reconstrução das casas por administração directa, beneficiando dos apoios a que têm direito pela legislação em vigor, estão hoje preocupadas, porque há algo que escapa sempre à lei, como por exemplo casos de idosos (e há já muitos que me têm aparecido) que embora tenham acesso na parte sobrança - à sua responsabilidade - a juros bonificados, encontram uma banca insensível para lhes proporcionar os empréstimos bancários.

Temos, por outro lado, outra situação que também foi assumida pelo Governo e que hoje já ninguém critica e que se prende com os projectos que têm que estar feitos e em condições, para que se possa iniciar a reconstrução de uma determinada habitação desses mesmos sinistrados como deve ser. E há freguesias - e todos os membros da Comissão sabem disso - que nesse aspecto, passe a expressão popular, foram "felizardas" e há outras que estão sofrendo, porque os gabinetes a quem foram entregues, não corresponderam.

Na minha opinião, estas situações não são passíveis de crítica política. Elas são o decorrer normal da actividade administrativa de um processo que ninguém chamou, ele aconteceu.

Para concluir, quero dizer que não tenho dúvidas de que vão decorrer mais anos para a reconstrução do que inicialmente se poderia prever de uma maneira optimista e de uma maneira que talvez o próprio Governo gostasse que assim fosse, só que há as coisas imponderáveis.

Eu quero terminar esta minha intervenção, tal como já o fiz em outras, com um laivo de esperança e de segurança. E uma coisa é certa: sempre ouvimos nesta ronda que fizemos, sobretudo da parte daqueles que nos quiseram dizer, que felizmente, tirando alguma percentagem de omissões que são sempre naturais num processo desta

natureza, o que se está fazendo está a ser muito bem feito. O que se está fazendo, por exemplo relativamente ao Pico, não tem comparação com aquilo que se fez em termos de reconstrução no Sismo de 1973.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que esta questão da reconstrução que decorre do Sismo de 1998, teria o seu momento apropriado, quando fosse da leitura do relatório que está agendada para o primeiro ponto do período da ordem do dia.

Já que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila traz agora, não podia também deixar de fazer alguns comentários sobre esta matéria.

Efectivamente, as visitas e reuniões que a Comissão de Acompanhamento do Sismo tem feito nas Ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, têm decorrido num clima de grande abertura, no sentido de se poder ouvir com todo o à vontade as pessoas que sofreram e que sofrem com os resultados desse Sismo.

Em relação ao realojamento, todos nós ouvimos aquilo que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila referiu. Ou seja, que quem foi realojado já não se queixa. Mas, entretanto, também sabe o Sr. Deputado que ouvimos uma quantidade apreciável de pessoas que não foram realojadas. Pessoas que por julgarem, ou porque tiveram a informação, de que aqueles que não eram realojados teriam prioridade na apreciação dos seus casos e na reconstrução e reabilitação das suas habitações, aceitaram ficar em partes de casa, em situações de alguma dificuldade e que todos nós pudemos ouvir à volta desta ilha. Por outro lado, também se constata que se nota por parte das pessoas algum constrangimento em avançar com os seus processos, por administração directa.

Desde logo, porque não é nem tem sido fácil retirar do Centro de Promoção de Reconstrução os projectos que conduzam a isto. E, por outro lado - e sabe o Sr. Deputado também, porque acompanhou esta matéria desde o início - que uma das

coisas que mais correu à volta destas ilhas sinistradas, foi que não mexessem, quem mexesse perderia direito aos apoios que estavam consignados na legislação.

Portanto, criou-se entre a população, não digo o síndrome da passividade, mas criou-se a expectativa de quem tinha recebido indicação para não mexer.

Portanto, há aqui situações que são complexas, mas que derivam essencialmente disto.

Por outro lado ainda, também é bom que se diga que de 720 casos de habitações para reabilitar e para pequenas reparações, destas 531 já foram apreciados em termos burocráticos. Mas o que é facto é que destes 531 casos, apenas 125 foram ou estão a ser executados por empreitada e 406 estão a ser executados por administração directa. E destas, apenas 257 casas estão concluídas, sendo certo que este número nos dá um indicador de que ao fim de praticamente dois anos, apenas 1/3 dos casos que têm que ser reabilitados e que sofrem pequenas reparações, está resolvido.

É também bom que se diga que nestes casos de reabilitação e de pequena reparação, estão incluídos dois bairros que, só por si, somam 36 fogos, a saber, o Bairro da Pedreira e o Bairro da Boavista e que, em termos de Sismo, não foram efectivamente das zonas mais atingidas.

Isto para dizer, para concluir, que este processo corre os seus trâmites, - como diz o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila - "vai-se desenvolvendo", mas com a lentidão que todos nós podemos constatar e que foi um facto várias vezes assinalado nas reuniões que tivemos e que fazem parte das notas tomadas e das situações apresentadas neste volumoso relatório e que têm a ver também com a elaboração dos projectos. Mas quem criou o processo não foi nem a Assembleia, nem o Grupo Parlamentar do PSD, talvez até nem sequer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quem tenha a responsabilidade de engendrar o processo da maneira como ele se criou, mas sim o Governo e o Centro de Promoção da Reconstrução.

Acredito que se enredaram numa teia enorme de burocracia, que não dá saída para ninguém. E o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pode, claramente, constatar isto na viagem e na volta que fizemos.

Sinceramente, não tenho da vida a visão catastrófica nem pessimista. E não é de mim, seja em que circunstância for, se tem ouvido palavras de derrotismo ou pessimismo.

Mas também quem andou, como nós andámos - os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila, Guilherme Pinto, Fernando Menezes, António Gomes, Eugénio Leal e Duarte Freitas e ainda Nuno Barata e Paulo Valadão - nestas reuniões à volta da ilha, não pode deixar de constatar que alguma coisa não está a correr bem, até mesmo pelas informações que nos são dadas.

Podemos estar descansados quando ouvimos dizer que só em Julho de 2001 se completarão os projectos para a reconstrução?!

Podemos estar descansados quando ouvimos que só no 3º trimestre deste ano é que vão ser lançadas empreitadas de 80 casas?!

Ninguém nos garante, com a experiência que vamos tendo dos concursos públicos para as empreitadas da reconstrução, que não ficarão desertos ou quem é que vai executar. E também já temos a experiência de que alguma execução de certas empreitadas tem sofrido atrasos.

Portanto, há um conjunto de coisas que, sem ser alarmista, sem ser derrotista, sem ser pessimista, antes pelo contrário, queremos com a nossa actuação e com a nossa intervenção dar ânimo, dar voz às pessoas. A razão de ser desta Comissão foi essa. E é por isso que ela serviu e tem servido.

Embora também perceba que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila não o possa dizer aqui claramente, certamente há-de orgulhar-se do trabalho que nós fizemos em Janeiro de 99, quando pudemos, com toda a simplicidade emprestar o nosso trabalho, a nossa voz, àqueles que não tinham para reclamar.

Este foi um trabalho útil e meritório e do qual esta Casa pode orgulhar-se.

Penso, portanto, que não estamos em ocasião de fazer comparações, porque em 1973 era outra a música. Em 73 - passe o plebeísmo - era "comer e calar".

Estamos, como dizia ontem tão expressivamente o Sr. Deputado Fernando Menezes, "25 anos depois do 25 de Abril" de maneira que as coisas têm que ser feitas de forma diferente. E temos que esperar que efectivamente na nossa Região as coisas sejam feitas de maneira diferente.

Não somos sequer 1 milhão. Somos apenas e só 15 mil habitantes. Mas que têm direito ao seu quinhão de vida e de felicidade.

Portanto, assustam-me algumas coisas, quando por exemplo num artigo de jornal, vejo um responsável local do Partido Socialista dizer que a reconstrução já não vai ser de 4 anos, como inicialmente se dizia. E até admito que se pudesse pecar por defeito ou por excesso, de boa vontade. Mas irá - como diz agora o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila reconhecendo - demorar mais!

Esse artigo já referia 5 a 8 anos. E acrescentava uma coisa que me parece não ser possível, isto é, que ela vai depender da disponibilidade dos recursos materiais e financeiros.

O Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, todos nós nesta Casa sabemos, que se há programa do Orçamento da RAA que não pode deixar de ter e de ser alimentado com os fundos suficientes para responder às necessidades, esse programa é o que diz respeito à reconstrução dos estragos provocados pelo Sismo de 1998. E nisso estamos todos de acordo.

Nesta matéria não há dúvidas de que a forma como têm decorrido os trabalhos da nossa Comissão, são o exemplo de como é possível, em termos práticos e concretos, deixando abater as nossas particularidades de visão partidária e da defesa que cabe ao PS do Governo que suporta, outra coisa não seria de esperar, tem decorrido bem, num clima de grande abertura e de grande seriedade. Agora, também não se pode pedir àqueles que não concordaram inicialmente com o processo encontrado para a reconstrução que, volvido este tempo - e ele tem-nos dado razão - nos venham pedir para "tapar o sol com a peneira"!

Por uma questão de probidade mental e de honestidade, não o podemos fazer.

Não queremos que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila e os outros Srs. Deputados do PS na Comissão o façam, porque estão no seu papel de defesa do Governo e das suas posições. Mas também não podemos de maneira alguma deixar de reclamar que é nosso dever, enquanto partido da oposição, enquanto deputados da oposição, de aqui levantar os problemas, com a crueza que eles têm, dentro de um sentido de verdade, de justiça e com a honestidade que tem caracterizado o nosso trabalho e que certamente caracteriza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu espero que as intervenções sucessivas desta Comissão contribuam, para que esta situação se resolva pelo melhor, conheça um novo ritmo, vá de encontro às pessoas. E ir de encontro a elas, são coisas como esta que eu não posso deixar de referir.

Eu cheguei a casa ontem depois de termos falado aqui de tantas coisas no serviço que se presta, e vejo num jornal o seguinte: um convite do CPR para se encontrar na tarde de Sexta-Feira com os técnicos e entidades, fiscais, empreiteiros, ligados à reconstrução - óptimo.

Outro convite para o Sábado para se encontrar com os sinistrados dos Cedros, da P. do Almojarife e da Horta. Local do encontro - o Polivalente dos Cedros.

Agora pergunto eu: a Comissão da ALRA anda de pasta na mão, de freguesia em freguesia ao encontro das pessoas para estudar com elas, para as ouvir, para as animar. Quem tinha obrigação de responder directamente aos seus anseios, convida as pessoas da cidade, a 25 quilómetros dos Cedros, para irem a uma reunião tratar do seu assunto nesse polivalente.

Isto é sentido de serviço?!

Não é.

Portanto, se não é, não podemos dizer que é!

Não é, não é!

Ora, são estas miudezas, são estas pequenas coisas que significam exactamente o espírito com que se trabalha. E não vale a pena dizer que se é democrata ou que se serve, ou que se está ao serviço, apenas porque se diz.

O serviço é uma coisa que se faz todos os dias e a cada hora ao nosso semelhante. E não o faz quem o diz. Faz quem o executa.

Esta não é uma forma de servir os sinistrados.

Esta não é uma forma de os respeitar.

Esta é rigorosamente uma forma de entravar tudo isto!

Com todo o ânimo que tenho nestas coisas, também faço votos que junte a minha voz à do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila. Também tenho esperança que isto se modifique. Mas enquanto isso não acontece, não posso deixar de verificar e de lhe apontar os defeitos.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota final sobre este assunto.

Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Deputado Madruga da Costa que quando intervi, e se de algum modo trouxe à colação a comparação entre as visitas de trabalho que a Comissão fez às freguesias sinistradas entre Janeiro de 99 e agora, foi simplesmente para procurar situar no tempo aquilo que é a minha análise pessoal.

Não fui eu que trouxe aqui o tema da reconstrução, aliás ele já tinha sido trazido ontem - com todo o direito - pelo Sr. Deputado Eugénio Leal. Eu, por vários motivos, não pude participar nesse debate, nessa altura.

É verdade que eu e o Sr. Deputado relator da Comissão, visto que não tivemos tempo útil para o relatório, solicitámos ao Sr. Presidente da Mesa que esse documento só hoje fosse trazido ao plenário, que aceitou com alguma benevolência.

Trata-se de um documento muito extenso, como os Srs. Deputados terão oportunidade de ver, e trata-se de um trabalho muito árduo por parte do Sr. Deputado relator.

Portanto, relativamente a esta questão, e talvez porque houve falta de informação da nossa parte, houve alguns deputados que não se aperceberam e até estranharam, que o documento ainda não tivesse sido lido. Daí esta explicação por parte da Comissão e que eu faço como seu Presidente.

Outra nota final, sempre com a máxima serenidade, pois neste caso acho que o empolgamento poderá não ser o melhor conselheiro, embora como sabem eu também por vezes me entusiasmo aqui, porque sou um homem de convicções e de esperança. Naturalmente que procuro trazer aqui uma visão global, talvez porque como Presidente da Comissão, procurei sempre ter alguns pontos equidistantes. Que me lembre, tive apenas uma queixa e um remoque em sede de Comissão, os quais aceitei. No entanto, procuro nunca esquecer-me e as pessoas que contactam de perto comigo

sabem que assim é, mas também chegam à conclusão de que ninguém tem o poder nas suas mãos.

Se é verdade que nós temos que compreender a ansiedade das pessoas que estão nas situações provocadas por uma catástrofe, da qual ninguém é culpado, ela aconteceu e tem que ser encarada de frente, a verdade é que é preciso dizer nesta Casa, especialmente por mim, com toda a frontalidade, seriedade e convicção, que nunca vi da parte do Governo o menor empenhamento, nem sequer da parte da Comissão, ou menos boa vontade.

Há diferenças de opinião e foi isso que eu procurei trazer aqui. Só que elas são saudáveis, pois demonstram que há vários caminhos para se chegar ao mesmo fim. Porém, nunca vi falta de empenhamento da parte deste Governo, nunca vi falta de vontade da tutela, através das reuniões que manteve com a Comissão de Acompanhamento, no sentido de se encontrar o melhor caminho.

Se no percurso do processo administrativo há falhas, isso aí já são coisas que ultrapassam politicamente a nós, que constatamo-las, mas já não será tão fácil de chegar a elas, como no contacto directo que temos mantido com a tutela e, esse sim, tem-nos revelado empenhamento.

Julgo também que poderão querer chegar mais depressa às situações em menos anos, mas admito que não dependerá deles os recursos financeiros que temos ou não.

Muito obrigado.

Presidente: Agora sim, vamos fazer um intervalo regimental. Recomeçaremos os nossos trabalhos às 17 horas.

(Eram 16 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

Agradeço que retomem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 10 minutos)

Vamos dar início ao **Período da Ordem do Dia**, com o primeiro ponto que diz respeito à *Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 7/2000 - "alteração do DLR nº 30/99/A, de 25 de Agosto - Regime Jurídico da concessão do exclusivo de exploração de jogos de fortuna ou azar na RAA"*.

Está aberta a discussão na generalidade do diploma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para fazer a apresentação do mesmo.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de apresentar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional de alteração ao DLR nº 30/99/A, começando por explicar a razão de tal nesta Assembleia, bem como as suas consequências.

Quando trouxemos este DLR a esta Casa em Junho do ano passado, tínhamos o programa base da urbanização dos terrenos de Pêro de Teive pronta e estávamos a trabalhar no projecto de execução final.

A equipa projectista pensava - e para tanto já tinha feito contactos com a Câmara Municipal de P. Delgada - que seria possível fazer deslocar uma conduta que atravessa aqueles terrenos, para junto do edifício da EDA, o que permitiria o espaço, para o caso de criar-se os 248 lugares de estacionamento.

Em contacto mais aprofundado com a Câmara Municipal de P. Delgada, nomeadamente com o departamento do saneamento básico, verificou-se que a mesma colocava bastantes reticências e de certo modo até opunha-se a que se fizesse a modificação desta conduta.

A única alternativa seria deslocar um pouco o edifício para poente, restringindo um pouco os lugares de estacionamento.

Esta foi a solução adoptada, com pena da Câmara Municipal de P. Delgada e também da Secretaria Regional da Economia, tendo os lugares de estacionamento passado de 248 para 189, ou seja, perdeu-se 59 lugares de estacionamento, foi necessário rebaixar um pouco o subsolo, o que veio criar problemas adicionais de impermeabilização do solo, tendo encarecido a obra. A que estava prevista iria custar cerca 687 mil contos, tendo passado, por via disto e no projecto final, a custar 970 mil contos, isto é, cerca de 290 mil contos a mais.

Ora, este Decreto Legislativo Regional estava previsto para um custo médio que andaria à volta 700/800 mil contos nos terrenos de Pêro de Teive. Com o acréscimo de 290 mil contos, correríamos o risco de não aparecer nenhum candidato neste concurso que quisesse ficar com a concessão do casino em P. Delgada.

Assim, chegámos à conclusão de que talvez fosse bom assumir duas instalações que são públicas, uma é o posto de turismo e outra são as instalações sanitárias, o que estará orçado em cerca de 150 mil contos.

Desta forma, a concessionária terá que investir ainda uma verba mais avultada do que estava antes, isto é, de 687 mil passará para 820 mil contos e a Região Autónoma dos Açores terá que investir naquelas duas instalações que acabei de referir, o que não trará grande inconveniente, dado que o Governo Regional é o responsável pelo posto de turismo e pelas instalações sanitárias, por isso não vejo grande problema no facto de ter que assumir estas obras. Se assim for, vai poder acabar como realmente pretende e a concessionária vai ter a responsabilidade de todas as obras que dizem respeito directamente àquilo que vai utilizar nos próximos 30 anos.

Fizemos também uma pequena alteração que julgamos ser prudente. No caso do Anexo, quando se diz "aspectos específicos", no que respeita à parte que dizia anteriormente "as funções serão meramente indicativas", passará a incluir também as áreas, porque há sempre a possibilidade de haver alguma variação na área e se este Anexo é publicado noutra decreto legislativo regional, dará uma rigidez muito grande a todo este processo.

Desta forma, estas áreas aqui constantes, têm que ser sempre aprovadas pelo Secretário Regional da Economia. Ainda estivemos em dúvida se deveríamos ou não acrescentar neste Anexo uma nota final, dizendo que "o projecto a submeter à aprovação do Secretário Regional da Economia, por parte da concessionária, não poderá em caso algum exceder 10% dos valores globais indicados neste Anexo". Esta poderia ser uma solução, ou seja, daria menos descricionaridade ao Secretário Regional da Economia, neste aspecto. Mas achamos que aparecer esta nota final do Decreto Legislativo Regional, não seria muito importante, porque no decorrer do concurso poderão haver esclarecimentos necessários, e aí sim, será dada também essa explicação.

É preciso também dizer de uma forma muito clara, que no processo de análise deste concurso, apenas são relevantes as contrapartidas financeiras entregues à RAA, ou seja, a taxa bruta. Só em caso de empate é que será decidido pela qualidade e localização dos hotéis.

Portanto, este projecto nunca entrará na análise das propostas.

Quem ganhar, terá que apresentar o projecto final ao Secretário Regional da Economia.

Se, entretanto, houver esclarecimentos durante o concurso, penso que nessa altura, acrescentar-se-á no mesmo que as áreas são indicativas, sim, mas que haverá uma tolerância nesta variação.

Penso que não será necessário aparecer isso do Decreto Legislativo Regional.

Tal como foi dito pelo representante do PSD na Comissão de Economia, caso se julgue necessário que isto seja incluído, o Governo Regional em nada se opõe a que se faça uma norma que diga exactamente o que eu acabei de referir.

Por outro lado, considero perigoso não haver qualquer tolerância das áreas, porque podem surgir sempre erros da equipa projectista, pode haver sempre utilizações por parte de concessionários e que nós não estávamos a prever e que exigem num determinado piso uma área maior do que aquela que estávamos a prever, ou seja, penso que estamos perante uma rigidez que ninguém ganha.

De resto, se esse incidente da tal tubagem da conduta das águas pluviais não tivesse ocorrido, não teria havido qualquer alteração, tendo já o concurso sido feito em Setembro.

De facto, devo ainda acrescentar que este Decreto Legislativo Regional é muito *sui generis*, é um caderno de encargos e um programa de concurso. Para além disto, apenas vem em anexo o projecto dos terrenos de Pêro de Teive, que já está concluído e já foi entregue à Câmara Municipal de P. Delgada há mais de 2 meses. E se houver a sua aprovação, estaremos perante uma alteração de pormenor que, no meu entender, não influencia a filosofia global do diploma. Ou seja, estão na mesma as ideias globais, apenas fomos de certa maneira obrigados a alterar algumas condições, devido a um pequeno incidente na fase final do projecto, para que não se corresse o risco de não haver nenhum concorrente, no caso do Casino de P. Delgada.

Assim sendo, penso que atingimos um ponto de equilíbrio, refizemos as nossas contas e chegámos à conclusão que 820 mil contos não são nenhum exagero para a área que está em vista, dado que a concessionária ficará com aquele espaço disponível durante 30 anos e terá não só o aproveitamento de um parque de estacionamento numa zona nobre da cidade, com cerca de 189 carros, bem como terá uma área útil de aproveitamento para o comércio, restauração ou outras, de cerca de 2300 m². Se fizermos as contas a isso, basicamente este projecto pagar-se-á, logo, não será um grande peso para a concessionária.

Se começarmos a aumentar muito o custo desta obra, provavelmente teremos algumas dificuldades em encontrar candidatos para este concurso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estive na Comissão de Economia na qual este diploma foi abordado, tendo levantado algumas questões às quais o Sr. Secretário da tutela procurou responder, não obstante, isso não deixou de me suscitar ainda algumas outras questões, na sequência agora da sua intervenção aqui em plenário.

Desde logo, surpreende-me que tenha sido apresentada uma iniciativa legislativa pelo Governo, com o carácter de urgência, concretamente em Junho de 99, isto é, há cerca de 9 meses. Na altura, foi solicitado a esta Assembleia a urgência da sua análise, cujo pedido foi aceite por esta Casa, tendo a Comissão de Economia reunido num prazo muito curto, no sentido de que o diploma fosse discutido imediatamente no plenário seguinte.

Decorridos 9 meses, já surgem propostas de alteração a essa iniciativa legislativa.

O Sr. Secretário Regional da Economia vem agora referir aqui em plenário que as alterações ora propostas, resultam por um lado, do facto de que quando esta iniciativa foi aqui apresentada não havia nenhum projecto de execução final, logo, a questão que me suscita dúvidas é que, se de facto não havia esse projecto, qual foi a razão da urgência da iniciativa legislativa então apresentada?

Esta é a primeira questão que gostaria de colocar ao Sr. Secretário Regional.

A segunda questão que gostaria de colocar, e que já é mais apreensiva na nossa perspectiva, é que o Sr. Secretário veio aqui referir que apresenta esta proposta de alteração, porque há riscos de não aparecer nenhum candidato.

Como é que o Sr. Secretário sabe que não vai aparecer nenhum candidato, caso este diploma não seja alterado?

Terceira questão, à qual gostaria também que V. Ex^a. me respondesse.

Eu penso que essas propostas, no seu conjunto, impõem para o eventual concessionário do jogo, muito menores exigências do que a iniciativa que agora se propõe alterar.

Qual é a razão dessa alteração em termos de aliviar as exigências que inicialmente se propunham fazer àqueles que se submetessem a esse concurso?

Por agora, são estas as três questões que gostaria de ver esclarecidas por parte do Sr. Secretário Regional da Economia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes assuntos colocados pelo Sr. Deputado Jorge Valadão são reais e todos importantes.

Quanto à urgência, devo dizer que nós gostaríamos de ver este concurso cá fora o mais rápido possível.

Porquê? Porque achamos que o nosso processo de evolução do turismo nesta Região, está a passar por uma fase importante e crucial de renovação, modificação e ampliação, logo este vai ser um projecto âncora em todo o desenvolvimento turístico dos Açores.

Tal era a nossa pressa que não tínhamos ainda o processo total terminado, mas como havia já uma garantia de que não haveria qualquer problema quanto à garantia do mesmo, avançámos para este Decreto Legislativo Regional.

O grande problema que tivemos nestes 9 meses, foi que face à necessidade de alteração o projecto em virtude de uma mudança ocorrida e que nós não prevíamos, houve que refazê-lo um pouco, isto é, passar da posição em que estava encostado ao edifício da EDA para colocá-lo mais para poente. Isso levou a um aumento do custo.

Ainda consultámos os nossos juristas, nomeadamente aqueles mais ligados à inspecção do jogo, no sentido de saber se era necessário voltar aqui para modificar o Decreto Legislativo Regional, tendo presente que se tratava de um anexo e que isto eram estimativas do mesmo.

Eu, prudentemente, achei que ele deveria voltar à Assembleia Legislativa Regional, porque trata-se de facto de um caderno de encargos e um programa de concursos. E eu não queria de forma alguma que houvesse qualquer problema neste concurso, que tem que ser claro, limpo, transparente e está provado que as estimativas que nós temos são estas, não são os 687 mil, mas sim 290 mil contos a mais, porque encareceu a obra. Para além de ser mais caro, há uma redução das áreas disponíveis para a concessionária. Ou seja, em vez do estacionamento ser de 248 lugares, passa para 189 lugares. E isto traduz-se numa diminuição de proveitos. Também a área disponível na parte superior é um pouco menor, mas aí não é muito grave, isto é, passa a ser menos 130 m².

Portanto, diminuem-se as áreas disponíveis e aumenta-se o custo da obra em cerca de 300 mil contos. Ora, nós tínhamos feito isso para um determinado cálculo. Aumentando-se o custo da obra e diminuindo-se as facilidades para a concessionária, ao contrário do que diz o Sr. Deputado do PSD de que não estamos a diminuir as facilidades, estamos efectivamente, porque não está aqui em causa o facto das áreas serem indicativas, pois se achássemos que a Secretaria Regional da Economia teria aí um processo descricionário muito elevado, eu próprio não quereria isso para mim.

Nós fizemos um concurso de ideias para esta área. Concordámos com a Câmara Municipal de P. Delgada, uma vez que este projecto foi totalmente trabalhado com ela. Portanto, o que eu vejo é que a rigidez da área que está apontada no Decreto Legislativo Regional não é uma coisa boa.

Se acharem que essa descricionaridade não deve estar a cargo do Secretário Regional da Economia, muito bem, mas coloquem uma norma final a dizer que essas áreas poderão variar num critério de variação de 10% e o assunto fica assim totalmente arrumado e esclarecido. Ou seja, não há qualquer obstáculo da minha parte em que essa exigência fique claramente vertida aqui. Mas que seja uma exigência até ao m²,

julgo que é prejudicial, até porque pode haver um erro qualquer no projecto que eu não esteja a prever e que venha a verificar-se mais tarde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma primeira intervenção sobre a generalidade.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, a matéria que estamos aqui a tratar e que vamos votar, veio muito recentemente a esta Casa, por proposta do Governo.

Em nosso entender, bom teria sido que nessa altura o Governo tivesse acautelado com extremo cuidado, no sentido de que a proposta tivesse vindo de modo a permitir o seguimento do concurso, evitando-se que agora se voltasse a fazer esta emenda.

Este é um dos aspectos que temos que ter em conta.

No entanto, temos que também ter em conta um outro aspecto que para nós é muito importante. É que está em causa, não só o problema do jogo mas também a urbanização da zona de Pêro de Teive, as termas das Furnas, um hotel, no fundo, está também em causa o desenvolvimento turístico desta Região.

A votação que vamos fazer em seguida, é exactamente tendo em conta que tudo isto é fundamental para o desenvolvimento do turismo.

Em segundo lugar, pensamos que todo este processo já vem com um atraso muito grande, talvez de 3 anos, ou 3 anos e meio, ou até 4 anos. Ou seja, esta é para nós uma outra situação muito importante a ter em conta. Ou seja, esta matéria tem que ser urgentemente resolvida, no sentido do desenvolvimento turístico da Região Autónoma dos Açores.

É atendendo a estes pressupostos, que nós vamos dar o nosso voto favorável a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional vinda do Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai para uma primeira intervenção.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir uma alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 30/99/A, de 25 de Agosto.

Esta alteração ao Artº. 7º, nº2, alínea b), tal como o Sr. Secretário já referiu, deriva do facto de haver no processo do projecto base para o projecto de execução, encargos adicionais, que antes a nível da estimativa estariam na ordem do 687 mil contos e agora estão na ordem dos 973 mil contos.

Assim sendo, esses encargos adicionais poderiam levar, tal como o Sr. Secretário também já referiu, a que não houvesse nenhum concorrente ao concurso para o casino de S. Miguel.

De facto, para excluir das obrigações da concessão, o edifício vai servir para o centro de apoio ao turismo e as instalações sanitárias públicas.

Achamos que esta alteração é natural, dadas as circunstâncias e dado os encargos adicionais. Também pensamos que este processo tem que andar o mais rápido possível, para não se perder o desenvolvimento do turismo nos Açores.

Por conseguinte, o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, também para uma primeira intervenção.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas palavras sobre esta proposta de alteração do DLR que cria uma zona de jogo na Região Autónoma dos Açores.

Gostaria de manifestar uma pequena preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Popular, pela forma como o Governo conduziu todo este processo.

Trata-se de um processo de relevante interesse para a economia dos Açores, aliás, concordo perfeitamente com as palavras do Sr. Secretário Regional da Economia, por isso foi aprovado nesta Casa em Junho/Julho do ano passado. Porém, e pela apresentação feita hoje aqui pelo Sr. Secretário Regional sobre esta proposta de alteração, pareceu-me que indiciou ter havido uma certa precipitação da parte do Governo, no lançamento e na apresentação da proposta inicial nesta Casa.

De facto, quer a explicação da conduta quer a explicação sobre correr-se o risco do concurso ficar deserto, são explicações que denunciam a precipitação que houve então.

Começando pela conduta do emissário das águas pluviais, Sr. Secretário, eu penso que até as criancinhas que brincavam na Calheta em que foi feito o saneamento básico, sabiam que ela estava ali. E parte dela até está à vista, portanto provavelmente se os projectistas a quem a Secretaria encomendou o projecto tivessem tido a preocupação, na altura, de terem feito um bom levantamento da zona de implantação, desde o princípio, antes de se pensar em fazer o regulamento, já se tinha sabido que a conduta estava naquele sítio e que era preciso contar com ela. Mas isso já é de muitos anos, já está abandonada há tanto tempo que até já está coberta de alguma vegetação. E essa falta de atenção, denota alguma precipitação na forma como foi encaminhado o processo.

Há uma outra preocupação que eu tenho, como deputado regional e como cidadão micaelense que muitas vezes vem a P. Delgada - praticamente todos os dias, embora não seja lá residente - que me fica no que toca a esta alteração do projecto. É uma preocupação que, no meu entender, é relevante e tem a ver com a redução de 59 lugares de estacionamento.

Isso pode parecer-vos ridículo, mas não é e o Sr. Secretário Regional sabe do que é que eu estou a falar. Ou seja, estamos a falar de uma zona onde existem dois parques provisórios de estacionamento, que neste momento são utilizados diariamente por cerca de 150 a 200 viaturas. Um deles vai ser ocupado por uma unidade hoteleira que já está consignada, cujo concurso está em fase final. E a outra zona será precisamente essa, onde será construída esta urbanização dos terrenos da Calheta de Pêro de Teive.

O Sr. Secretário Regional poder-me-á dizer que as preocupações com o estacionamento na cidade de P. Delgada são questões do foro autárquico e que é à Câmara Municipal que cabe resolvê-las. Mas eu também na qualidade de deputado, não posso deixar de levantar essa preocupação, na medida em que trata-se aqui de um terreno que é propriedade da Região, portanto, não é camarário, e está a ser utilizado neste momento como parque de estacionamento. E se houve alguma preocupação da

parte da Secretaria Regional da Economia e a Câmara Municipal de P. Delgada, de modo a salvaguardar estes mesmos lugares de estacionamento.

Como o Sr. Secretário sabe, a cidade de P. Delgada está extremamente congestionada, tem problemas de estacionamento complicadíssimos, problemas muito complicados de circulação, sobretudo naquela zona, por conseguinte preocupame que realmente perca-se esses 59 lugares de estacionamento.

O Partido Popular está sensível a essa questão da alteração do regulamento.

Assim sendo, depois de esclarecidos, tomaremos um sentido de voto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão que presumo seja para prestar esclarecimentos.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Exactamente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Antes de mais, e na sequência dos esclarecimentos do Sr. Secretário anteriormente dados, alguns deles até já tinha prestado na Comissão, eu surpreendo-me apenas pela razão da preocupação de pôr aqui as áreas indicativas, quando no diploma inicial elas não o eram. E isso pode dar origem a diversas interpretações, porque é óbvio que dá uma maior flexibilidade, um maior poder arbitrário, mas também pode ser mau para o próprio Governo. Por exemplo, amanhã ver-se-á confrontado com um concorrente que apresenta áreas completamente diferentes e não é por isso que ele terá que ser eliminado, porque sendo as áreas meramente indicativas, põe o Governo numa situação muito mais delicada do que aquela que existia antes.

É que a questão que se coloca é essa, isto é, o porquê de antes as soluções que eram atribuídas ao espaço estavam fixadas no Anexo, dizia-se expressamente quais eram os destinos que eram dados a cada um destes espaços; agora, ficou tudo designado como "espaços comerciais", sem dizer a que fim se destinam. Porque é que antes as áreas não eram indicativas e agora passam a ser?

Sr. Secretário, essa alteração pode ser, à partida e numa primeira análise, simbólica, só que terá necessariamente consequências muito maiores do que aquelas que estamos aqui a prever, ou que podemos essencialmente imaginar.

Então por que é que houve essa alteração na filosofia do diploma?

Essa é uma das questões que se coloca e que o Sr. Secretário tem que aceitar que é, pelo menos, legítimo poder pôr em causa quais são as razões efectivas nessa alteração ora proposta.

Não digo que as haja, mas é susceptível de se poder interpretar desta forma, porque não houve essa mesma preocupação no diploma inicial.

Por qual foi a razão para que, em 9 meses, se visse a necessidade de pôr aqui expressamente que as áreas são indicativas, quando não se viu essa necessidade no início?!

Isso não tem nada a ver com o projecto de execução. Tem a ver com a filosofia do diploma que se alterou.

O Grupo Parlamentar do PSD regista, porém, aqui neste plenário a preocupação referida pelo Sr. Secretário, de eventualmente alterar-se, pondo aí uma margem que de alguma forma até defende o próprio Governo num eventual concurso. Agora, tal como está aqui, esta filosofia é que é diferente.

Por um lado, o Sr. Secretário tem a noção de que as exigências que serão colocadas aos eventuais concorrentes serão menores, elimina-se um edifício quando antes era obrigação do concessionário fazer um edifício que se destina ao turismo. São menores as exigências, porque antes impunha-se ao concessionário que reservasse o espaço dos pisos zero e menos um, para determinados fins que agora ficam um pouco ao critério deles. São menos exigências, porque antes impunham-se áreas que agora são meramente indicativas.

É tudo isto, Sr. Secretário, que irá implicar uma alteração na filosofia do diploma e que é susceptível de se poder dar as mais diversas interpretações à razão de ser dessa alteração. No entanto, acho que seria muito importante, e até quase fundamental, que essa sua disponibilidade para limitar o poder descricionário não só da administração mas também do próprio concorrente, para que essas áreas fossem de algum modo limitadas, ou essa flexibilidade que agora esta proposta vem tendo fosse limitada, por forma a não dar azo a que amanhã apareça um concorrente com um preço mais baixo que outro, ou com condições aparentemente mais vantajosas, mas com áreas completamente distorcidas.

Aí como é que vai ficar o Sr. Secretário?

Vai ficar com um poder descricionário de poder dar a um ou de poder dar a outro, é isso?

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Economia pretende usar da palavra para...?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado do PP, eu gostaria de dizer-lhe que é verdade que a conduta sempre existiu naquele sítio, aliás ela é conhecida. A equipa de projectistas sabia que ela existia. Tinha até conversado com a Câmara Municipal de P. Delgada, no sentido de fazê-la deslocar mais para o lado do edifício da EDA, libertando assim todo o espaço central, coisa que a Câmara Municipal aceitou. Por isso, nós viemos aqui apresentar esta proposta base.

Depois, nos detalhes, quando fomos analisar mais em profundidade, começaram a surgir receios, porque aquilo fazia um bom escoamento e se houvesse alguma mudança poderia haver entupimento da conduta.

Portanto, a Câmara Municipal que também está interessada em ter espaço de estacionamento, ela própria, disse que era preferível perder alguns lugares e não ter problemas com os esgotos pluviais.

Bom, face a esta posição da Câmara Municipal que foi colocada à Secretaria Regional da Economia de uma forma muito premente, eu alertei e lamentei que, desse modo, iríamos perder 59 lugares de estacionamento.

Nós ainda pensámos na hipótese do parque de estacionamento só ter um lugar de saída e de entrada, o que era legal dentro da dimensão que ele tinha, mas também em conjunto com a Câmara Municipal de P. Delgada, achámos que se houvesse um incêndio, seríamos imediatamente os responsáveis neste processo. Logo, teria que haver dois lugares de saída e de entrada. E isso veio reduzir os lugares, porque perdemos cerca de 59, com muita pena.

Quanto ao espaço que referiu de estacionamento, no qual se vai implantar uma nova unidade hoteleira, eu devo dizer que - talvez o Sr. Deputado não saiba, mas isto é

verdade - é exigência do concurso que haja um parque de estacionamento público de cerca de 150 lugares, mais ou menos, não tenho bem a certeza dos números agora. Mas foi contabilizado o número de carros que actualmente ali estacionam, foi-lhe dado um acréscimo e conjuntamente com a Câmara Municipal de P. Delgada, nós fizemos essa exigência neste concurso.

Portanto, quem construir lá o hotel, tem que ter cá fora um parque de estacionamento maior do que aquele existe actualmente, para além do projecto que já se encontra na Câmara Municipal ter um parque de estacionamento seu com cerca de 200 e tal lugares, não tenho bem a certeza dos números. Mas há um parque de estacionamento privativo do hotel e haverá um parque de estacionamento público, que terá que ser mesmo assim e que é superior em número de lugares ao que existe actualmente.

Portanto, em termos de parques de estacionamento, isto não piorou, pelo contrário, veio melhorar.

Como sabe, naquele local não havia parque de estacionamento. Havia, sim, alguns acontecimentos musicais e o circo que aparecia de vez em quando por lá. Agora, vai ter um espaço com 189 lugares de estacionamento.

Em relação às preocupações manifestadas pelo Sr. Deputado Jorge Valadão, eu repito o que já disse: nós estamos abertos a que se inclua aqui uma nota final no Anexo, a clarificar que "o projecto a submeter à aprovação do Secretário Regional da Economia, por parte da concessionária, não poderá em caso algum, exceder 10% dos valores globais indicados no Anexo".

Não temos qualquer problema em introduzir isso, porque quanto menos problemas eu tiver, melhor.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse, pois o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Para terminar, queria dizer-lhe que não me parece que isso seja necessário. Haverá provavelmente por parte dos concorrentes, explicações, esclarecimentos e isso será colocado. Mas se fizerem questão de pôr isso aqui, fica tudo resolvido.

Relativamente à diminuição das condições, isso não se verifica. Ou seja, no projecto anterior as funções já eram também meramente indicativas.

O que aqui se acrescenta são as áreas, porque nós não achamos bem que existam áreas rígidas, pois poderão haver erros. Basta apenas ver que neste projecto final a área da concessionária ficou reduzida em cerca de 130 m², que é insignificante num total de 2300 m. Mas ficou efectivamente reduzida. E quem for fazer o seu próprio projecto, que terá que ser aprovado pelo Secretário Regional da Economia, poderá aumentar 10 m num lado, 20 m no outro, diminuir 20m, etc. Ou seja, poderá fazer conforme as soluções que preconizar para lá.

Por isso, nós achámos por bem não colocar as áreas rígidas aqui. Mas se acharem que é correcto colocar uma nota final no Anexo a dar um limite à variação das áreas, nós estamos completamente de acordo. Mas que seja um limite à volta dos 10%, o que nos permitirá variar 230 m² na globalidade.

Penso que isto não é nada de especial, não vai fazer grandes problemas, e daremos, assim, uma salvaguarda, caso o projecto não esteja correcto ou haja qualquer mudança nas ideias da equipa que ganhou a realização do projecto.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal para esclarecimentos.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência destes últimos esclarecimentos feitos pelo Sr. Secretário Regional, eu devo dizer que as funções no diploma aprovado eram meramente indicativas, mas estavam efectivamente indicadas. E é lógico que se percebe, pelo menos na altura depreendia-se isso, que o Governo ao colocar aqui áreas indicativas, será certamente porque também quererá aproveitar a situação de haver estas construções naquele local, indicando para tal que essas funções serão desejáveis que venham a acontecer.

A verdade é que nesta proposta de alteração, praticamente elas não existem, nem sequer são meramente indicativas.

Por exemplo no edifício A no piso zero, dizia-se "Comércio e 3 estabelecimentos comerciais"; agora diz-se "5 estabelecimentos para comércio de restauração", ou seja, a discoteca agora desaparece e fica incluída na restauração.

No piso 1 tinha "café e apoios", deixou de ter isso.

O piso 2 dizia "bares/esplanada", fica agora como "piso de estabelecimentos para comércio". E assim sucessivamente.

Quer dizer, o Governo abdicou de certas coisas. Ou seja, no projecto inicial indicava estas funções como meramente indicativas e agora já não tinha nada que apresentar de novo, ou então tem de facto uma boa justificação para, nesta fase, abdicar de apresentar essas situações como indicativas.

Era tão somente isto que eu gostaria de saber, isto é, saber se há alguma razão ou não, para deixar de manter estas funções meramente indicativas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No Anexo anterior relativo ao projecto que estava aprovado, diz-se o seguinte:

"O despacho que abaixo se transcreve, contém funções meramente indicativas" e depois dá-se uma indicação em cada uma delas.

Nós achamos que esse preâmbulo desfaz, no fundo, a obrigatoriedade. Ou seja, não existe uma obrigação em cumprir isso. E então, como mera simplicidade, nós pensamos que as designações "comércio/restauração" são suficientes para descrever essas áreas todas, porque quem ganhar o concurso, poderá sempre invocar que não quer fazer a discoteca, mas sim outra coisa qualquer. Há também a hipótese de ele vir a subalugar, porque reparem que isto é por 30 anos. Portanto, criar durante 30 anos coisas específicas, do tipo "tem que ser uma discoteca" não é muito plausível, porque os Srs. Deputados sabem que as discotecas aparecem e desaparecem frequentemente. Por isso, não faz sentido impôr uma determinada função para um determinado local, durante 30 anos, porque elas são variáveis e vão depender de vários factores, isto é, podem depender do mercado, das vontades dos empresários, etc..

Portanto, se de facto não existe uma obrigatoriedade, simplifica-se o processo dizendo apenas que os espaços são para o comércio e restauração.

Foi basicamente por isto. E se antes não havia obrigatoriedade, agora também não há, havendo a dispensa de designar os nomes, pois achamos que eles estavam aqui a mais, porque durante 30 anos as coisas variam muito.

Não é obrigatório que durante esse tempo haja uma ludoteca, um bar e uma esplanada. Podem existir várias nos diversos pisos, enfim tudo será como as pessoas envolvidas acharem melhor.

Existe um determinado espaço físico exterior de arquitectura que tem que ser cumprido. Haverá alguma variação na área, mas ela tem que respeitar o concurso de ideias que foi feito em colaboração com a Câmara Municipal de P. Delgada, que tem uma determinada arquitectura e que não pode ser duplicado ou triplicado. Tem que ser aquela área que tem 2 mil e tal m². E reparem os senhores que ela já foi diminuída, passou de 2 mil e 400 m² para 2 mil e 300 m².

Portanto, não estamos aqui a dar mais área. Antes pelo contrário, está-se a dar indicações de que a área vai reduzir. Mas se os Srs. Deputados acharem que é conveniente colocar uma norma restritiva à variabilidade da área, não há qualquer problema da nossa parte, nós aceitamos isso e até pensamos que 10% seria uma percentagem aceitável de variação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão, creio que para mais esclarecimentos.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Uma última questão que gostaria de colocar, porque é também uma dúvida que se me afigura e que é a seguinte.

O Sr. Secretário disse e muito bem, em termos dos diversos pisos e relativamente à proposta inicial da área de construção e agora, há uma alteração de uma redução de 120m² mais ou menos.

Relativamente ao estacionamento há uma redução de 1200 m².

Isto é uma coisa que não joga, ou seja, desde a proposta inicial para esta, reduz-se nos edifícios 120 m², reduz-se no estacionamento 1200 m², como é que reduzindo essa área toda no espaço de 8 meses, há uma alteração da estimativa do custo da obra de mais de 270 mil contos?

Reduz-se a área e aumenta-se o preço?!

É que não se trata de 5 m², são 1200 m² no estacionamento e 120 m² nos pisos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria reafirmar o que já disse no início da minha primeira intervenção.

Houve a necessidade de deslocar o edifício para poente, porque a tubagem passava ali - que não passava junto à EDA, passava mais a meio - o que veio reduzir a cave em cerca de mil e tal metros.

Não sei se está a perceber. Ou seja, a área do rés-do-chão e do 1º piso não ficou alterada, mas a cave ficou substancialmente alterada, porque não vamos mexer na conduta que ali passa. Ela vai ficar lá exactamente no mesmo sítio, logo, não podemos aproveitar o espaço que existe entre essa conduta e o edifício da EDA.

Se nós tivéssemos mexido na conduta, colocando-a próximo do edifício da EDA, aproveitaríamos todo o espaço na parte baixa.

Mais. Isso obriga-nos a rebaixar um pouco o fundo, o que implica de imediato mais custos na impermeabilização, daí o aumento para 290 mil contos.

Portanto, houve uma redução de área e um crescimento do preço. E foi por isso que nós achámos que seria melhor dividir o custo pelas duas partes, isto é, pelo Governo Regional naquilo que é público - posto de turismo e instalações sanitárias - e pela concessionária que também vai ter que gastar um pouco mais, cerca de 130 mil contos a mais do que estava previsto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral, também para esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Apenas para um breve esclarecimento, porque realmente há qualquer coisa que eu não percebo, porque é que isto aparece desta forma.

A questão é a seguinte: se as áreas são meramente indicativas, se a funcionalidade das áreas é meramente indicativa, qual é o interesse de vir reafectar as mesmas a outras funções, se elas já eram meramente indicativas?

Sendo indicativa, basta que o projecto seja reafecto a outras finalidades.

Não é preciso vir dizer que aquilo que estava destinado a discoteca, estabelecimentos comerciais, cafés, bares e esplanadas, passa a ser área comercial, porque aquilo era meramente indicativo. Porque é que altera, se é indicativo? Já tinha essa liberdade. É essa parte que eu não percebo.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que esta descrição que aí consta, já estava assim no Decreto Legislativo anterior, que dizia assim:

"Os espaços que abaixo se escrevem contêm funções meramente indicativas, contendo os mesmos flexibilidade para receber outras funções compatíveis".

Portanto, copiou-se exactamente o que já existia. Nós não mudámos nada.

Nesse aspecto o Decreto Legislativo anterior tinha exactamente esta redacção. Apenas acrescentámos que as áreas também são indicativas.

Portanto, isso já estava explícito na legislação anterior, não houve qualquer modificação, apenas se copiou aquilo que já existia.

Em relação às áreas já expliquei que nós estamos disponíveis para colocar aqui uma norma qualquer, no sentido de fixar a variação destas áreas que podem ser indicativas.

Presidente: Tem a palavra a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral para mais esclarecimentos.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ou eu não me fiz entender, ou o Sr. Secretário não percebeu.

Eu já sei que no primeiro diploma as áreas eram indicativas. E por ser assim é que eu não vejo necessidade de alterar, porque já é indicativo.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Porque já estava no diploma anterior.

A Oradora: Então por que é que altera as funções no novo diploma?

Quando se diz "Piso A - 5 estabelecimentos de comércio", quando antes estava discoteca e 3 estabelecimentos comerciais. Ou seja, se elas eram indicativas, não precisa de passar da discoteca e dos 3 estabelecimentos para os 5, porque já era indicativo.

Vamos lá ver uma coisa: nós estamos aqui a analisar um diploma, já se percebeu que esta alteração é susceptível de uma interpretação de que isso possa estar aqui já feito, de acordo com determinado projecto.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não está, não senhora!

A Oradora: Não está, muito bem!

Então vai ter que me explicar por que é que uma área cuja funcionalidade é meramente indicativa, precisa de ser alterada no novo diploma, se ela é meramente indicativa?!

Se ela é indicativa não é preciso mexer, tal como o próprio diploma que o senhor trouxe cá dizia!

A verdade é que com esta alteração, quer nós queiramos quer não, somos levados a pensar que há razões para que em vez desta funcionalidade, já seja outra. Já se está a falar de coisas concretas, quando o Sr. Secretário no primeiro diploma tinha toda a liberdade de reafectar as áreas a qualquer outra actividade.

Portanto, quando reafecta em concreto, é porque tem um projecto em concreto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, também para esclarecimentos.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (*PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o Sr. Secretário Regional até tem alguma razão quando nos fala do destino das tais áreas.

Eu sou sensível à sua argumentação e até concordo com ela, quando diz que é muito complicado e que é um risco muito grande conceder por um período de 30 anos, uma área específica dessas para uma determinada actividade. De facto, seria um risco muito grande conceder uma determinada área para uma discoteca por 30 anos, ao fim de 7 meses a coisa "dava para o torto" e o proprietário, que provavelmente seria subconcessionário do outro, pegava em si "pirava-se" daqui para fora e o espaço

ficava fechado, porque só podia funcionar como discoteca nos próximos 30 anos. Não faria sentido.

Mas, Sr. Secretário, isto só vem confirmar a minha tese inicial de que houve uma enorme precipitação em todo este processo.

Um último esclarecimento sobre a questão do estacionamento, que pode parecer de somenos importância, não é.

O Sr. Secretário começou por dizer que eu não sabia que o projecto do Calhau previa um parque de estacionamento, mas depois acabou por dizer que nem o senhor sabia o número exacto dos lugares que iam ser criados.

Eu sabia, de facto, que o projecto tinha lugares para estacionamento e até sei quantos são.

Sr. Secretário, não cabe na cabeça de ninguém, nem é demonstrável cientificamente, que numa zona como aquela onde está o parque, se vá construir, com mais a área adjacente das casas que vão ser demolidas, um hotel e que ainda vamos ficar com mais 100 lugares de estacionamento público cá fora, do que aqueles que existiam antes.

É que estamos a falar aqui de 244 lugares de estacionamento entre o público e o subterrâneo privado do hotel. Vai haver ali uma privação dos lugares de estacionamento, porque como o Sr. Secretário sabe, porque passa lá certamente muitas vezes, há uma zona selvagem de estacionamento que já vai até à zona onde se implanta o circo e encosta até à EDA (agora não encosta porque estão lá uns carrinhos de feira), onde se estaciona em cima dos passeios e em todo o lado e que alguém vai ter que resolver pôr aqueles carros em qualquer lado.

O meu pedido de esclarecimento vem no sentido de saber por que razão não se pode criar uma zona de estacionamento entre a tal urbanização agora reduzida, e o edifício da EDA. Ou seja, por que razão não se pode estacionar por cima da conduta, se se pode deixar implantar o circo?

Porque é que não se pode criar uma zona de estacionamento no tal terreno, que não vai ficar utilizado para urbanização?

Pode ser que o Sr. Secretário possa esclarecer-me isto.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria responder de uma forma directa à Sr^a. Deputada Berta Cabral. E começaria por dizer-lhe que, de facto, nós não temos qualquer projecto em vista - acredite!

Nós trouxemos isto aqui para alterar, mas poderíamos por opção mandar isto da forma como estava, excepto a estimativa.

Nós quisemos vir aqui com isto, porque eu quero que este concurso esteja absolutamente correcto, que não haja qualquer falha neste processo, nada!

Se eu não aponto claramente a discoteca, pondo apenas "comércio e restauração", é só porque fi-lo de uma forma mais genérica, é apenas isso.

Eu evoluí do primeiro diploma para este dizendo "a área fixa é perigoso", isto é, ter funções muito claras aqui, tanto faz, porque isto é meramente indicativo. Então, se assim é, vou dar designações em termos genéricos. É só isso.

Ver nesta atitude qualquer suspeita de uma certa ideia de que nós estamos a fazer isto para alguém específico, quanto a mim, não faz nenhum sentido!

O que era indicativo antes, é da mesma maneira agora. Apenas substituímos uma designação mais específica relativa a espaços de lazer, discotecas, etc. por uma expressão mais genérica de "comércio e restauração", porque não vale a pena, uma vez que quem ficar com isso pode mudar tudo, aliás já podia fazê-lo antes e continua a poder agora.

Sr. Deputado Nuno Barata, em relação a esse espaço que fica entre a conduta e o edifício da EDA, francamente não posso dizer-lhe porque é que não é aproveitado em espaço de estacionamento. Eu sei que existe ali uma área que deverá ser provavelmente cerca de mil m², sei que há problemas com a entrada, isto é, as vias são feitas de forma que se possa entrar e sair sem se entrecruzar, mas de qualquer modo, eu posso analisar o processo. No entanto, não me parece que a equipa projectista e a Câmara Municipal de P. Delgada que estiveram a estudar isso em profundidade, pudessem ter outra solução que não esta que se apresenta aqui, senão nós tínhamos optado por outra via.

Nós teríamos aproveitado todo o espaço disponível para estacionamento. Só que agora, com os dados de que disponho, não posso discutir esse aspecto consigo, porque eu não tenho o projecto aqui comigo nem tão pouco a equipa projectista.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Fica para outra vez.

O Orador: Repare que a Câmara Municipal de P. Delgada, bem como a Secretaria Regional da Economia, estão extremamente interessadas em que haja o máximo possível de lugares de estacionamento. E nós não fizemos isso, apenas porque a Câmara Municipal disse que seria melhor manter a conduta naquele local, para não se correr o risco daquilo não funcionar. E, pronto, nós temos que nos sujeitar um pouco a essa condicionante.

Nós queríamos mudar a conduta de um lado para o outro, mas não se pôde, ficou assim.

Devo dizer, porém, que a ideia de que é preciso mais estacionamento na cidade de P. Delgada é uma ideia que nós partilhamos e, aliás, temos tido o cuidado, no hotel dos terrenos de Pêro de Teive, até de exigir a existência de parques de estacionamento adequados. E isso tem sido feito e imposto, naquilo que pelo menos passa pela nossa mão.

Foi feito concurso para os terrenos de Pêro de Teive e para o hotel foi exigido um conjunto de lugares de estacionamento que eu agora não tenho de memória, mas sei que houve essa obrigação quanto aos parques de estacionamento. Não sei quantos, mas sei que foi sempre pedido número superior ao que ali havia.

Muito obrigado

Presidente: Está assim concluído o debate na generalidade.

Passamos à votação do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 24 abstenções do PSD.

Presidente: Passemos agora à discussão na especialidade.

Está aberta a discussão sobre o Artº 1º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artº 1º foi aprovado com 20 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 24 abstenções do PSD.

Presidente: Se não há objecções, vou pôr à discussão em simultâneo os Artºs 2º e 3º.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os Artºs 2º e 3º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Artºs 2º e 3º. foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 24 abstenções do PSD.

Presidente: Passemos à votação do Anexo do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Anexo foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 24 abstenções do PSD.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que na globalidade concordam com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 24 abstenções do PSD.

Presidente: Estando concluído o debate sobre este diploma, passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que se refere à *Proposta de Decreto Legislativo*

Regional n° 2/2000 - "Adaptação à Administração Regional do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública (Lei n° 49/99, de 22 de Junho)".

Está aberta a discussão na generalidade sobre este diploma.

Para proceder à sua apresentação tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Uma breve apresentação das adaptações que são introduzidas a este diploma do Pessoal Dirigente.

Eu começaria por dizer que propõe-se aqui, ao abrigo do que acontecia na adaptação do anterior diploma nacional (o 323/89, adaptação feita por esta Assembleia através do DLR 1/90/A) que também exista na Região uma categoria equivalente a subdirector regional.

Conforme tive oportunidade de explicar na Comissão, a principal necessidade que o Governo Regional encontra para a criação desta figura, prende-se com algumas figuras de delegados de ilha, ou então alguns casos que se prendem com a criação que tem sido feita de novas inspecções, nomeadamente a Inspeção Regional de Educação e Inspeção Regional de Pescas, que no nosso entender, justificam a criação deste cargo.

Para além disso, prevê-se aqui que o recrutamento para os cargos dirigentes dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros seja feita nos termos das respectivas orgânicas, ou seja, é comumente aceite que o mesmo acontece a nível nacional, que atenta a especificidade deste tipo de serviços, por vezes é necessário recorrer a figuras ou a habilitações, como militares e outras, que saem um pouco do âmbito genérico deste diploma.

Relativamente a outro tipo de alterações, elas prendem-se fundamentalmente com aquilo que já existia na adaptação regional anterior, isto é, no DLR n° 1/90/A. Ou seja, atenta à novidade, digamos assim, da nossa Administração Regional, atenta ao que ainda continua a persistir de alguma falta de quadros ao nível técnico superior, sobretudo nalgumas áreas e nalgumas ilhas, propõe-se que se mantenha, ao contrário do que acontecia no DLR n° 1/90/A, uma redução de tempo, isto é, enquanto que o

diploma nacional previa como requisito de recrutamento para director de serviços 6 anos e para chefe de divisão 4 anos, propõe-se agora aqui que esses tempos sejam encurtados na Região, respectivamente, para 4 anos para director de serviços e 2 anos para chefe de divisão.

Outra matéria sobre a qual este diploma não pode deixar de se pronunciar, prende-se com o requisito das habilitações literárias, considerado mínimo para o provimento de cargos dirigentes.

Não há dúvida nenhuma - e o Governo Regional tem consciência disso e entende que, tanto quanto possível assim deve ser - que a habilitação considerada típica é a licenciatura. No entanto, e cada vez menos, há determinado tipo de áreas, sobretudo nalgumas ilhas, onde por vezes a Administração Regional tem necessidade de recorrer a pessoas que tenham curso superior adequado que não seja exactamente a licenciatura.

Nessa medida, pensamos que é necessário arranjar uma solução legislativa que permita, por um lado, respeitar aquilo que é o espírito da lei, ou seja, que em termos genéricos e por via de regra, a habilitação literária dos dirigentes a prover seja a licenciatura, mas que por outro lado, não feche completamente a porta, em caso de necessidade, ao recrutamento de outro tipo de habilitações, nomeadamente curso superior que não confira a licenciatura.

Nessa medida, e creio que já foi distribuído por vós, o Governo concorda e pensa que resolve esta necessidade com a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, relativamente ao Artº 3º, em que se privilegia a habilitação típica, de acordo com a lei e que é a licenciatura, mas que - repito - permite, em caso de necessidade, que se possa recorrer a pessoas com menor habilitação literária, ainda que com curso superior adequado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses para uma intervenção.

Peço desculpa, mas o Sr. Deputado Fernando Menezes pretende interpelar a Mesa...?

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, é que chegaram agora ao nosso Grupo Parlamentar algumas propostas de alteração a este diploma. E nós não estamos

em condições de, neste momento, partir para a discussão sem analisá-las com cuidado.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS propõe um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: Com certeza.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 18 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Estávamos na discussão na generalidade do diploma antes de interrompermos a Sessão.

Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este diploma, e numa primeira intervenção ainda no âmbito da generalidade, direi que tudo evolui e a Administração Pública Regional não é excepção.

A posição que o PSD tem depois de analisar cuidadosamente este diploma, leva-nos a situar muito claramente contra algumas das soluções aqui apresentadas.

Em primeiro lugar, nós desde o início da reestruturação da Administração Pública Regional, e no elencar das categorias de pessoal dirigente, sempre deixámos de considerar a categoria de sub-director regional, porque entendemos que a Administração Pública tem uma dinâmica própria e por melhor que sejam as intenções dos governantes e dos responsáveis pela administração, o que é certo é que a própria cultura da Administração Pública leva a que muitas vezes as boas intenções não sejam cumpridas.

A noção exacta que nós temos é a de que no desenvolvimento em pirâmide dos vários escalões de pessoal dirigente, por cada direcção regional, existindo o lugar de sub-

director regional, haveria dois sub-directores regionais; depois por cada um deles haveria, no mínimo, dois directores de serviço e por cada direcção de serviço, duas divisões.

Eu não sei qual é, neste momento, o número exacto das direcções regionais, mas penso que serão à volta de 18 a 20.

Isso significaria que com a criação do lugar de sub-director regional, teoricamente, por melhor que fossem as intenções do Governo de gerir e administrar muito cuidadosamente a criação destes lugares de chefia, haveria um horizonte de crescimento de lugares de chefia, ao nível de sub-directores regionais, que poderiam ir até às várias dezenas - 40 sub-directores regionais.

Bom, isto significa aumentos dos lugares de chefia; significa aumento da despesa; significa aumento da burocracia; em alguns casos significará se calhar impressos com a designação de sub-director regional.

Portanto, penso que nos casos que nós admitimos que possam existir, que já existiram no passado e poderão continuar a existir no futuro, em determinados organismos ser necessário um lugar de chefia acima dos directores de serviço e abaixo do director regional, haverá mecanismos - como sempre houve - de se criar os lugares de chefia, com equiparações a sub-director regional.

Isso foi feito várias vezes por diploma nesta Casa.

O abrir a possibilidade de serem constituídos e criados lugares de sub-director regional, o perigo que eu enunciei é real e quando criamos estruturas na administração, temos que ter uma perspectiva de longo prazo. Qualquer decisão que tomarmos agora, vai ter reflexos no longo prazo e no longo prazo do horizonte é o dobro de sub-directores regionais em relação ao número de directores regionais.

Devem estar recordados que no passado, em Governos da responsabilidade do PSD, o Partido Socialista na oposição muitas vezes criticou o Governo Regional de então, pelo peso na administração, das chefias intermédias e das chefias superiores.

Lembro-me até que na sequência desse movimento, que também era aceite e era defendido pelo próprio PSD, o Governo Regional da altura tomou medidas de "emagrecimento" da Administração Pública Regional e de uma vez só, extinguiu 8 direcções regionais.

O que eu penso é que a tendência deverá ser a de emagrecer a Administração Regional e, designadamente ao nível das suas chefias intermédias, e não criar agora, 25 anos depois, um lugar superior de chefia da Administração Regional, que levará a um movimento em sentido completamente contrário.

Em relação às condições e habilitações para o pessoal dirigente, tal como eu disse no início desta minha intervenção, tudo evolui, quer a Região quer a Administração Pública. E, nessa matéria, o PSD também evoluiu.

Nós, relativamente à última posição de 1990 - já lá vão 10 anos - evoluímos. Mas devo recordar que antes disso, durante 15 anos, as condições e os requisitos de habilitação para o pessoal dirigente, eram exactamente os mesmos que havia a nível nacional.

Em 1990 houve uma diminuição que, na altura, há 10 anos, ainda era justificável. 10 anos depois, entendemos que a Administração Regional está mais evoluída, temos já muitos técnicos superiores com a categoria de "assessor", que podem concorrer e respeitar os requisitos que estão estabelecidos para estas categorias de pessoal dirigente. Temos um problema que, neste momento, é reconhecido por todos e que é a necessidade de saídas profissionais para licenciados e, por consequência, na linha de estabelecer para a Administração Pública Regional aquilo que, aliás, o Estatuto da Autonomia prevê no seu Artº 95º, em relação às carreiras do funcionalismo, mas que devem ser extrapoladas para as categorias de pessoal dirigente, devemos procurar que a nossa Administração tenha as mesmas condições de acesso, os mesmos requisitos habilitacionais, as mesmas exigências, porque neste momento já não se justificam situações excepcionais e só desta forma é que se pode garantir intercomunicabilidades com quadros nacionais e prestigiar, assim, a Administração Pública Regional.

Não me parece que, neste momento, existam razões objectivas para ter condições de acesso aos lugares de chefia mais leves do que aquelas que existem a nível nacional.

Em relação à questão dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, sabemos que a legislação nacional e nomeadamente o diploma 49/99 que revogou todas as legislações relativas aos bombeiros, nomeadamente as condições especiais de provimento do pessoal de chefia, nós aceitamos e reconhecemos, em princípio, que

há aqui especialidades no Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros, logo não estamos fechados a encontrar soluções que permitam a nomeação de pessoal que não tenha os requisitos gerais para o pessoal dirigente.

Porém, gostaria de fazer a seguinte pergunta:

- Por qual a razão a nível nacional foi eliminada esta situação excepcional para o pessoal dirigente dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e entendem que na Região isso deve manter-se?

Já que estamos a discutir questões concretas, não propriamente no âmbito da especialidade, relativamente ao Artº 1º, há aqui uma referência a seguir a "fundos públicos" que diz "com excepção do nº 3 do Artº 2º", não sabemos a que diploma é que se refere isto, porque o Artº 2º deste diploma não tem nº 3, portanto, ficamos sem saber a que artigo é que se querem referir, por isso, gostaria que o Sr. Secretário me fornecesse algum esclarecimento sobre esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade, Sr. Deputado António Meneses, tudo evolui.

Por falarmos em cultura da Administração Pública, nomeadamente de dirigentes, todos nós sabemos qual era a cultura que o PSD tinha quando era governo. Ou seja, era a de que os dirigentes deviam ser, pura e simplesmente, por nomeação política. Era essa a vossa cultura.

Também sabemos mais, sabemos que em 1988 - e não sei se isso inclusivamente corresponde ao tempo em que V. Ex^a. era Secretário Regional da Administração Pública - fez-se nesta Câmara uma coisa fantástica, que não aconteceu em mais nenhuma parte do País.

Fez-se um Decreto Legislativo Regional em 88, em que caíndo o Secretário Regional, caíam todas as chefias nomeadas até ao chefe de divisão.

É verdade, Sr. Deputado, tudo evolui...!

Agora não é assim. Ou seja, não caem, não são nomeados pura e simplesmente, há concursos para dirigentes.

É verdade, Sr. Deputado, que o DLR nº 1/90/A não previa o cargo de sub-director geral. Mas sabe V. Ex^a., Sr. Deputado António Meneses, que embora esse Decreto não previsse, o último Governo Regional do PSD tinha sete cargos de nomeação como sub-directores gerais?

Eu vou dizer-lhe quais, embora tenha obrigação de saber, porque estava no Governo nessa altura.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Eu também sei quais eram!

O Orador: Pois, o Sr. Deputado Madruga da Costa deve lembrar-se, porque teve pelo menos um ano para dar por isso!

Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário - um;

Direcção Regional das Obras Públicas - um na Direcção Regional de Transportes e Comunicações; o Delegado das Obras Públicas do Faial; o Delegado da Ilha do Pico; o Delegado da Ilha Terceira; o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Acção Social; o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão de Regimes de Segurança Social.

São no total sete, mas a lei não dizia, só que eles existiam.

Deputado João Cunha (PSD): E agora querem 50!

O Orador: Ora bem, efectivamente, Sr. Deputado António Meneses, as coisas evoluem.

Uma coisa é a legislação e outra coisa é a intenção deste Governo.

O que as propostas apresentadas pelo PSD significam é, tão somente, o esvaziamento da adaptação legislativa regional que o Governo propôs a esta Câmara.

Essa adaptação fica, no nosso entender, sem qualquer sentido útil, ao serem aprovadas - como o Governo desconfia que provavelmente seriam - as adaptações propostas pelo PSD.

Assim sendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, o Governo Regional retira esta proposta de diploma.

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

Deputado João Cunha (PSD): Se retiram o problema é vosso!

Presidente: O Sr. Deputado António Meneses pretende usar da palavra, só que o debate está concluído, por via da retirada do diploma.

Deputado António Meneses (PSD): É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para tal.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não sei qual é a forma regimental, por isso fiz o apelo à Mesa, porque o Sr. Secretário Regional faz determinado tipo de afirmações tipo "entrada de leão e saída de sendeiro", quando retirou o diploma. E tirou-me "água ao leme" para eu poder argumentar e replicar.

Não sei se, no âmbito da interpelação, possa dizer alguma coisa.

Presidente: Em meu entender, e uma vez que isso é omissivo, a tradição é de que a discussão só está encerrada quando todos os grupos e representações parlamentares intervêm. Essa é a regra da Casa.

Portanto, julgo que neste caso concreto, o Governo já usou da palavra, mas este caso é omissivo.

Face à retirada do diploma por parte do Governo Regional, parece-me, porém, que subsiste o direito a todas as bancadas de intervirem.

De qualquer modo, esperem um pouco, porque eu vou consultar o Regimento.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, sob a figura de interpelação à Mesa, direi que entendo que apesar do Governo Regional anunciar a toda a gente e a todos os ventos que tem agora um sistema muito transparente de nomeação do pessoal de chefia através de concurso, o que é certo é que a própria Administração sabe que os concursos ou não são abertos, ou o processamento dos concursos é demorado, ou quando os candidatos mais habilitados para ganhar o concurso não são do "agrado" de quem os vai nomear, arranjam subterfúgios para anular os mesmos, ou ainda extinguem-se serviços para anular concursos...

Presidente: Sr. Deputado, um momento. Das duas uma: ou faz uma interpelação à Mesa, ou espera mais bocadinho até que a gente esclareça esta questão definitivamente.

(Pausa)

Aliás, peço a colaboração de todos os Srs. Deputados, porque é ao plenário que cabe decidir sobre essa questão e não ao Presidente da Assembleia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para interpelar a Mesa.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos perante mais uma situação inédita nesta Assembleia.

Realmente este Governo vai surpreender-nos até ao fim!

Na perspectiva do Partido Popular, e sem prejuízo da investigação que V. Ex^a. está a fazer ao nível do Regimento, parece-nos que nunca por nunca um governo ou um proponente (e muito menos o governo!) pode fazer cessar, imediatamente, o debate nesta Assembleia, pela circunstância de fazer uma declaração no fim de uma intervenção a dizer que vai retirar o diploma.

Com o devido respeito, isso em termos parlamentares, em termos democráticos - na nossa perspectiva - seria **inaceitável!**

Isto é dar um poder ao Governo em relação a esta Câmara, que seria inconcebível!

Por conseguinte, para já - Sr. Presidente, Srs. Deputados - há um conjunto de Srs. Deputados que estão inscritos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Para falar sobre o quê...?

O Orador: Para falar sobre esta posição ridícula que o Governo assumiu!

(Risos dos deputados das bancadas do PSD e do PP)

O Partido Popular sente a necessidade de constatar o ridículo da posição que o Governo aqui assumiu!

Portanto, Sr. Presidente, a interpretação e a sugestão que o PP dá é a de que os Srs. Deputados que estavam inscritos anteriormente, devem ter a possibilidade de se manifestarem.

Em consciência, se os Srs. Deputados entenderem que face à posição do Governo não há qualquer razão para intervir, prescindem da sua inscrição. Ou seja, na óptica do Partido Popular, não devem ser aceites mais inscrições e quem está inscrito, deve ter direito de usar da palavra, mais que não seja prescindindo, se entender que deve fazê-

lo, ou qualificar a postura do Governo, se entender também que ela deve ser qualificada.

Esta é a posição do Partido Popular.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes também para interpelar a Mesa.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

V. Ex^a. sabe que eu tenho muito respeito por si, mas quando chama ridículo às pessoas, eu acho que ridículo é que o V. Ex^a. está a fazer aqui dentro!

Ridícula é a sua intervenção, porque há aqui um artigo do nosso Regimento - e que eu saiba isto está em vigor - que diz assim:

"Artº. 139º - Admitido qualquer projecto ou proposta de decreto legislativo regional ou qualquer proposta de alteração, o seu ou os seus autores podem retirá-lo até ao termo da discussão", ou seja, até antes da votação.

Portanto, o Governo não está a violar coisíssima nenhuma, nem nenhuma regra democrática, nem sequer transparência.

Está a usar um direito regimental, Srs. Deputados!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

O Orador: O Artº 139 - *cancelamento de iniciativa* - dá o direito ao Governo de entender, num juízo de mérito que faz sobre isto, que estas propostas prejudicam completamente os objectivos que tinha com este diploma

Portanto, sairá prejudicado tudo o que está aqui, se isto for aprovado. Ou seja, não faz sentido debater isto.

Isto não tem nada de ridículo, é um exercício de um direito que consta do Artº. 139º do Regimento desta Assembleia.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que nós estamos a debater uma proposta de diploma. Retirado o objecto do debate, vamos debater o quê...?!

Vozes de alguns deputados da bancada do PS: Ora aí está!

O Orador: São assim as regras processuais e os Srs. Deputados sabem muito bem disso.

Retirou-se o objecto do debate, vamos falar sobre o quê?!

Quando muito, o Sr. Deputado António Meneses pode levar isto para o Período de Antes da Ordem do Dia de amanhã. Agora, sobre este tema, morreu qualquer discussão aqui!

Era só isto que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou intervir sob a forma de interpelação à Mesa, pois parece ser a única forma consensual de se usar da palavra sobre esta matéria, embora aproveite para também fazer uma ligeira consideração.

É evidente que ninguém está a discutir se o Governo ou outro qualquer autor de uma iniciativa legislativa pode retirá-la e em que momento é que o pode fazer, porque é óbvio que isso é possível.

Também me parece razoável que, no momento subsequente à retirada de uma iniciativa legislativa - e devo confessar que é para aí que eu me inclino - o debate deve encerrar-se.

Porém, há um outro problema que é paralelo a este, isto é, a boa ou a má fé com que se faz certas coisas.

Se o Governo quisesse, pura e simplesmente, retirar em função de propostas de alteração que são discutidas regimentalmente, em bom rigor na especialidade, devia deixar esgotar o debate na generalidade, findo o qual retirava a proposta, ou então quando chegasse ao debate na especialidade.

Se é verdade que o Sr. Deputado Fernando Menezes tem razão quando diz que o Governo tem o direito de retirar a proposta, e que em princípio é para aí que apontam as regras, depois de retirada acabava o debate, e fazendo uso de um direito regimental, se quer limitar a postura correcta a questões puramente regimentais, então o PSD a partir deste momento, só apresenta propostas de alteração depois do debate na generalidade, para evitar a má fé de posturas como essa!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, eu dou razão regimental aos senhores, mas não dou razão política, nem dou razão do procedimento parlamentar aos Srs. Deputados, o que é uma coisa completamente diferente.

Se eu dou razão que o debate acaba quando se retira uma proposta, devo dizer que também não é razoável, nem implica boa fé, o Sr. Secretário dizer que retira, face a determinada coisa. Porque devia dizer, "face a isso eu retiro a proposta, mas que prossiga o debate na generalidade", ou então se queria pura e simplesmente retirar a proposta, não tinha tido uma postura agressiva. Tinha feito uma primeira explicação. Agora o que subsiste aqui é o seguinte: nós podemos dizer, "pode retirar à vontade, mas a gente pode defender todos a nossa honra!", porque o que foi dito é passível de defendê-la!

E levam os senhores aqui com 24 defesas da honra, durante uma hora, e a gente ultrapassa o problema regimental!

Querem entrar por aí?!

O Sr. Deputado acha que agora, em vez de ter boa fé nessa matéria, nós vamos brincar com as posturas regimentais?!

Olhe, eu dou razão ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, quando diz que acaba o debate!

Agora, acho que foi de má fé o que o Governo fez, porque devia ter deixado esgotar o tema na generalidade!

O que o Governo quer é cortar o debate na generalidade, por causa de propostas de alteração na especialidade. E julgo que era à volta disso que se centrava a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, porque ele estava a reclamar, e de certa forma a protestar, devido a esse procedimento parlamentar.

Não está aqui em causa, na minha opinião, o problema regimental - e com isto posso até estar contrariando algumas pessoas. Mas a verdade é que o que fizeram, também não é a boa fé aplicada ao Regimento.

Isso também conta na vida parlamentar!

O que se devia ter feito era debater na generalidade e depois então o Governo retirava o seu diploma.

O que na verdade pode ser a resposta de futuro do PSD é que nós não apresentamos mais propostas de alteração, sem estar discutida a generalidade. E o que era habitual distribuir uns pelos outros - não interessa se com meia hora de antecedência se com 5 minutos - que eram propostas de alteração importantes que condicionam o debate na generalidade, se essa é a postura do PS, então passamos a fazer debates na generalidade, que são genéricos e que nunca terão em conta as propostas de alteração, o que também não me parece muito razoável, em termos de debate dos diplomas.

Quanto a essa questão - valha-me Deus! - acho que nós temos a boa fé e a razão do nosso lado.

É contra isso que nós estamos. Ou seja, é contra esta... agonia do Governo em acabar depressa com o debate, não sem antes tentar ser agressivo, nomeadamente perante o deputado que usou da palavra por parte do PSD. E é isso que não me parece correcto, porque quando a gente quiser brincar ao Regimento, para quem o conhece, ele tem mil maneiras de ser ultrapassado, nomeadamente com 24 defesas da honra!

Se assim for, sairemos daqui às 8 horas com o PSD a defender a sua honra, daqui para aí, e fazemos o debate à mesma. Só que acho que não é isso o aconselhável, mas sim tentar usar o Regimento para se debater, trocar opiniões, trocar razões e chegar-se a algumas conclusões.

O PS não quis fazer isso, quis, sim, usar o Regimento, associado a uma má fé em relação às intenções de um debate na generalidade que podia ter trazido à luz do dia algumas questões que são manifestamente importantes.

A razão regimental até podem ter. Mas a razão regimental não é tudo. Às vezes até nem é o mais importante.

O que os senhores demonstraram com a vossa atitude - e foi nesse sentido que eu quis interpelar a Mesa, para saber se é esse o entendimento futuro, por isso disse que ia intervir na estrita obediência ao Regimento - é que se isso é para ser assim, ficam já sabendo que, daqui para a frente, o PSD não apresenta no Parlamento propostas de alteração, enquanto não se esgotar o debate na generalidade.

Se querem que isso seja assim, então vamos por esse caminho!

Se não querem, espero pela resposta para saber se a gente altera esta postura ou não!

Também chamo a atenção para as consequências de se começar a apresentar propostas de alteração só depois do debate na generalidade. Elas não vão ser piores para o PSD do que serão para o PS e para o Governo.

Portanto, este não é um apelo, mas eu quero colocar essa questão em cima da mesa, para reflexão imediata no plenário ou numa conferência de líderes rapidamente, porque isso parece-me ser um resultado nefasto de uma atitude criticável e lamentável que o Governo teve nessa matéria!

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Eu vou ainda dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão, no entanto, proponho aos líderes parlamentares que nos encontremos para discutir esta questão, porque parece-me desnecessário estar aqui a prolongar um debate sobre um assunto que é evidente que precisa de uma regra para o futuro.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se eu tivesse visto o Sr. Secretário Regional levantar-se para dizer que, "face a esta discussão é meu dever moral retirar o documento, porque ele será aprovado de maneira diferente daquela preconizada pelos proponentes", não estaria agora a fazer esta intervenção para interpelar a Mesa, no sentido de que seja revisto o Regimento.

O Sr. Deputado Fernando Menezes leu o nº 1 do Artº 139º, mas não o conjugou com o nº 2 do mesmo artigo.

O nº 2 do Artº 139º diz que "*se outro deputado ou o governo regional adoptar como seu o projecto ou proposta que se pretende retirar, a iniciativa seguirá os termos do Regimento como projecto ou proposta do adoptante*".

Ora, penso que a interpretação do nº 2 deverá ser feita pelos Srs. Deputados, sobretudo por aqueles que têm cultura jurídica e aqui contar-se-á também com a vontade política de alguém querer adoptar a proposta do Governo. Eu da minha parte não a quero.

(Risos dos deputados das bancadas do PP e PSD)

Os senhores não se riam!

Eu não a quero, única e simplesmente porque na proposta aqui presente dá a impressão que interessava mais ao Governo não avançar com os cargos de director de serviços e chefes de divisão por concurso e nós entendemos que deve ser.

É só por isso, pois eu até estou de acordo com a proposta que vem do Governo, em coerência com aquilo que defendia há 9 ou 10 anos relativamente a esta matéria.

A minha única preocupação é que a nível nacional isso faz-se por concurso, logo eu entendo que também deve sê-lo a nível regional.

Efectivamente, eu penso que devemos pensar seriamente se alguém quer ou não adoptar a proposta do Governo.

Eu que sou apenas deputado e não sou jurista, sou de opinião de que se alguém quiser adoptar a proposta vinda do Governo, ter-se-á que cumprir o Regimento. E isso implica a continuação da discussão.

O que o Regimento impõe é que uma proposta, ao ter o relato da Comissão e o debate na generalidade, é evidente que deveria continuar a ser discutida na especialidade.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Menezes pede a palavra para intervir...?

Deputado Fernando Menezes (PS): Eu peço imensa desculpa, Sr. Presidente, mas foram referidas aqui algumas afirmações às quais eu tenho que responder.

Eu, neste momento, tenho um problema e V. Ex^a. certamente também, ou seja, qual é a figura regimental que estamos a usar?

Presidente: Já não existe nenhuma figura regimental para isto.

O Orador: É porque se é uma interpelação à Mesa, eu acho que não é.

Se é defesa da honra, também não me parece muito correcto.

Portanto, o que eu solicito a V. Ex^a., neste momento, é a liberalidade suficiente para me dar ao menos o mesmo tempo que deu ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Victor Cruz, para eu poder dizer duas ou três coisas muito breves.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: A primeira coisa que eu queria dizer é que tenho quase total correcção daquilo que foi dito em relação ao nº 2 do Artº 139º, isto é, se algum dos Srs. Deputados quiser o diploma do Governo faça favor, só que a partir daí a minha interpretação será outra, o documento baixa à Comissão e vamos trabalhar nele.

Portanto, o Sr. Deputado Victor Cruz acompanhou, bem como todos os Srs. Deputados, aquilo que foi feito aqui com toda a clareza. Eu, perante as vossas propostas, pedi um intervalo para ver do que é que se tratava e quais eram as implicações disto.

Reuniu o Governo, tratou da sua vida e entendeu que, a serem aprovadas, como era de resto previsível, não fazia sentido estar aqui a debater este assunto.

Entretanto, o Governo veio para aqui sentou-se, inscreveu-se para falar o Sr. Secretário, mas já estava inscrito o Sr. Deputado António Meneses e falou.

A partir daí, chegou à vez do Sr. Secretário que interrompeu a discussão.

Deputado Mark Marques (PSD): E pediu para retirar a proposta.

O Orador: Agora eu pergunto, Sr. Deputado, onde é que está a má fé nisto?

Imaginem, Srs. Deputados, que nós não dizíamos nada, que nós ficávamos aqui calados e os senhores debatiam, faziam propostas e discutiam-nas. E no fim das contas, o Sr. Secretário levantava-se e dizia "retiramos o diploma"!

Sabem o que é que os senhores diziam?

"Má fé, fizeram-nos perder tempo, são uns malandros, enganaram-nos"!

Isto é exactamente assim, é uma questão de ver-se ou para um lado, ou para o outro.

Além disso, se os senhores repararem bem no Artº 139º há outro problema aqui para resolver e que se prende com o facto de se poder retirar o documento até ao termo da discussão.

Qual discussão?! Na generalidade...? Na especialidade...?

Não sei, é até à votação?

Portanto, não houve rigorosamente má fé nenhuma, Srs. Deputados, acreditem nisso!

Por favor não vejam fantasmas em todo o lado e coisas horríveis que não existem!

A questão é apenas esta, é formal e em minha opinião, acabou o debate.

Presidente: Srs. Deputados, eu penso que é melhor a gente juntar-se aqui junto à Mesa e resolver.

Eu acho que a dúvida subsiste, eu próprio tenho algumas reticências quanto ao que significa "até ao termo da discussão".

Portanto, é preciso resolver essa questão em definitivo, por isso proponho aos líderes parlamentares uma breve conversa de cinco minutos, no sentido de resolver isso. É melhor, do que estarmos aqui a prolongar o debate que nem sequer está regimentalmente consagrado.

(De acordo com a proposta da Mesa, foi feita uma breve conferência de líderes, quando eram 19 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, já temos um entendimento sobre esta questão.

(Eram 19 horas e 25 minutos)

Ficou entendido que encerramos a discussão neste ponto, porque a proposta já foi retirada.

Vamos passar ao ponto seguinte que se refere ao *Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000 - "Alteração ao DLR n.º 17/94/A, de 18 de Maio - Rede de Portos"*, da autoria do PSD.

Vou pôr o diploma à discussão na generalidade.

Para apresentar o documento tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD propôs uma alteração ao DLR n.º 17/94/A, de 18 de Maio, no sentido de ser reclassificado o porto do Nordeste, passando da classe de "portinho" para a classe presente.

Esta proposta tem a ver com o facto de estar a desenvolver-se neste porto a actividade piscatória com outra intensidade diferente daquela que existia anteriormente.

Portanto, nessa perspectiva, pensamos que se pode inseri-lo na classe D.

Posteriormente a esta apresentação da nossa proposta e depois de ter sido analisada na Comissão de Economia, muito embora já na altura o Grupo Parlamentar do PSD

tivesse dito que possivelmente iria apresentar uma proposta de aditamento, apresentou juntamente com o Grupo Parlamentar do PP uma outra proposta incluindo os portos de Anjos, Afonso, Norte Grande e Varadouro para serem reclassificados, bem como o aditamento do porto de S. João, na Ilha do Pico, por não constar nessa lista - certamente terá sido por lapso ou qualquer outra omissão - e é realmente um porto onde se exerce uma importante actividade da pesca.

Assim sendo, é nesta perspectiva que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a sua proposta inicial e também uma outra com o Grupo Parlamentar do PP de inclusão de mais alguns pontos, no sentido de completar-se os Anexos 1 e 2 do Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência das palavras do Sr. Deputado Eugénio Leal e da iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, o Grupo Parlamentar do PS fez uma reflexão, tendo chegado à conclusão de que houve investimentos, nomeadamente na Ilha da Pico, em situações concretas, como o caso que nós propomos da Prainha do Norte, bem como no porto do Norte Grande, mais conhecido por Fajã do Ouvidor, em S. Jorge.

Porto tudo isto, o Grupo Parlamentar do PS também apresentou já na Mesa uma proposta de aditamento dos seguintes portos: portinho da Maia, em St^a. Maria, Prainha do Norte e de S. João, no Pico e mantemos o porto Afonso no concelho de St^a. Cruz da Graciosa.

Por outro lado, gostaríamos de referir que entendemos que estas reclassificações só fazem sentido, desde que haja alguma pedagogia junto dos pescadores que utilizam esses portos, para que em primeiro lugar - e da parte da Direcção Geral das Pescas há abertura, porque conversámos com o Sr. Director Regional - barcos de recreio, hoje com licença de pesca de recreio, possam vir a ter licença de profissionais de pesca.

Se com esta abertura e com a reclassificação houver um movimento em pescado descarregado nesses portos, ou oriundo dos mesmos, como por exemplo o caso dos barcos dos Anjos e que vêm descarregar a Vila do Porto, que exista uma referência na

lota desta vila quanto à origem destes barcos, para que depois possa haver uma estatística que refira realmente que houve algum aumento, mercê destas iniciativas.

Por outro lado ainda, haverá um período de reflexão, pelo menos é essa a intenção do Grupo Parlamentar do PS, depois desta reclassificação de portos, para então vermos se esta foi ou não uma boa medida, se os pescadores a quem nós estamos agora a dar esta possibilidade quiseram ou não tomar em suas mãos o próprio destino e, através desta medida, poderem pescar mais perto das suas casas.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o PCP vai votar favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional, bem como as suas alterações agora propostas, no sentido da reclassificação destes pequenos portos da nossa Região, que começou pelo portinho do Nordeste e que agora já inclui todos estes que acabámos de ouvir.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à discussão na especialidade.

Temos apenas um Artigo Único, para o qual existem duas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Existem efectivamente duas propostas que não são contraditórias, ou seja, acho que elas completam-se.

O Grupo Parlamentar do PSD concorda com a inclusão dos portos que não estão na nossa proposta.

Presidente: Assim sendo, a Mesa propõe que as duas propostas sejam votadas em simultâneo e seja feita depois uma redacção final incluindo as duas, uma vez que há pontos comuns e para não estarmos agora a fazer duas votações.

Parecendo não haver qualquer objecção, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com estas duas propostas, uma do PSD outra do PS, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artigo Único foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam na globalidade com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na globalidade por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que se refere à *Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 16/99 - Instrumentos de Gestão Territorial (adaptação à RAA do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro)*

Está aberta a discussão na generalidade do diploma.

Tem a palavra o Sr. Secretário Adjunto da Presidência para fazer a apresentação do mesmo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve apresentação, embora creia que em sede de Comissão esta adaptação a um importante Decreto-Lei nacional está devidamente elucidada, que o Governo Regional propõe a esta Câmara e que se relaciona com a nova Lei dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Este diploma visa adaptar à realidade regional o diploma nacional, nomeadamente com algumas preocupações que gostaria aqui de registar.

O ordenamento do território é tido cada vez mais como uma preocupação essencial, não só no País como um todo, devendo ser assumida pelo VII Governo.

Daí que haja também nesta matéria uma competência que não é despicienda das autarquias e dos municípios, ao nível dos PDM's e de outros planos de ordenamento municipal, como planos de pormenor e outros.

É nossa preocupação aqui, em primeiro lugar e naquilo que me parecem ser as adaptações mais importantes, salvaguardar um conjunto de situações. Desde logo, por diversas razões que nós compreendemos, embora achemos que elas devem ser rapidamente ultrapassadas, é preciso reconhecer que ao nível do ordenamento municipal do território, mesmo em termos relativos, há algum atraso na implementação dos PDM's. Sabemos que dificuldades de ordem técnica, problemas com as próprias empresas com quem as respectivas autarquias contrataram esse serviço, têm levado a esse relativo atraso.

É preocupação do Governo Regional, por isso é aqui deixado bem expresso, que ao contrário do que acontece no território do continente, os nossos municípios não possam ser prejudicados, nomeadamente ao nível de candidaturas a fundos comunitários, ou a outros planos de desenvolvimento social, por via de ainda não terem os PDM's.

Por outro lado, atendendo a que há um número muito razoável deles que se encontra em fase de elaboração, pensamos que não seria curial mudar imediatamente, ao nível do processualismo e do formalismo, as regras do jogo.

Daí que também se proponha que a este nível, e durante um determinado período de tempo, os PDM's possam continuar a ser elaborados ao abrigo da lei, segundo a qual começaram a ser feitos.

Também se prevê aqui a subsistência durante mais algum tempo nos Açores de normas provisórias. Aliás, no próprio diploma nacional, onde pelos vistos houve alguma confusão a este respeito, o Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro, começou por não as permitir. Esta Assembleia teve oportunidade, em sede de audição prévia, de se pronunciar sobre um aditamento que virá permitir normas provisórias até Maio do corrente ano. Temos notícia de que esse aditamento foi aprovado em Conselho de Ministros a 27 de Janeiro, mas só no passado dia 9 de Abril é que foi publicado.

Esta questão é importante e preocupa o Governo Regional, nomeadamente porque é público e tem sido tema de diálogo entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Horta, a necessidade de, na sequência do Sismo de 1998, implementar-se alguns planos de pormenor para algumas zonas. E ao nível técnico, tivemos que coordenar

com a respectiva Câmara Municipal, a melhor maneira de fazer isso, aproveitando também o muito trabalho que obviamente já foi feito, inclusive ao nível do PDM.

Neste momento, o PDM da Câmara Municipal da Horta está em condições de ser ratificado pelo Governo Regional, no entanto parece-nos que face às alterações subsequentes por via do Sismo, a sua alteração deverá ser imediatamente precedida pelo estabelecimento de normas provisórias para as zonas de risco, tendo depois a Câmara um prazo para elaborar o respectivo plano de pormenor.

Daí que seja fundamental e haja uma razão muito real, para o Governo Regional propor aqui a subsistência por mais algum tempo no nosso ordenamento jurídico, das normas provisórias.

Também gostaria de dizer que em sede de Comissão, foram apresentadas posteriormente algumas propostas de alteração, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do PS, no sentido de uma maior adaptação à alteração da orgânica do Governo e à criação da Secretaria Regional do Ambiente.

Nessa medida, devo dizer que em termos genéricos e após a leitura do relatório da Comissão, datado de 4 de Abril, estou e está o Governo de acordo com as alterações aí propostas. Digo em termos genéricos, porque o Governo tem muitas dúvidas, como aliás fez questão de deixar dito isso na Comissão, relativamente àquilo que é no texto a proposta para o Artº 14º, nº 2. Ou seja, a consagração do Plano Regional de Ordenamento do Território por decreto legislativo regional.

Há pouco, conforme vos dizia, tenho aqui um conjunto de propostas do Grupo Parlamentar do PSD que, grossomodo, creio que poderia resumi-las assim, vão no sentido de todos os planos de ordenamento do território serem aprovados por decreto legislativo regional.

Isto levanta uma questão jurídica que pode ter alguma complexidade, no entanto gostaria de deixar aqui clara a posição do Governo.

Os planos de ordenamento do território, pela sua natureza, são planos de elevada tecnicidade, que levam algum tempo a ser elaborados e que, inclusive, até pelo seu volume e tecnicidade, ficam à disposição dos cidadãos para discussão pública, mas nem sequer são publicados como o respectivo diploma que os ratifica.

Penso que a actividade de coordenação e de subsequente ratificação como acto de quem acompanha e fiscaliza toda a actividade dos planos de ordenamento do território, seja na orgânica do VII Governo Regional, no que diz respeito aos planos de ordenamento municipal a DROAP, seja no que diz respeito aos restantes, através da Secretaria Regional do Ambiente, pois trata-se de matéria nitidamente administrativa e executiva.

Tem o Governo fundadas dúvidas quanto à constitucionalidade de, através de acto legislativo, se querer ratificar - digamos assim - aquilo que é um documento desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo para uma intervenção.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tão só para nos situarmos e fazer um pouco da história deste diploma, desde que entrou nesta Assembleia, história essa que já é longa.

O diploma entrou nesta Casa em 22 de Novembro de 1999 e logo foram pedidos pareceres à Associação de Municípios, às Câmaras Municipais e às Associações Ambientais.

Recebidos esses pareceres, a Comissão acolheu aqueles que, no seu entender, eram de receber, mas pelo meio aparece um elemento que acabou por levar a algum atraso no seguimento deste diploma e que foi a criação da Secretaria Regional do Ambiente, que ocorreu a 25 de Janeiro de 2000.

Mercê disso e da necessidade que o novo Secretário teria naturalmente para analisar este diploma, foram apresentadas propostas de alteração por parte do Partido Socialista e uma da parte do Partido Social Democrata, que levaram a conferência de líderes, penso que no último plenário, a propor e solicitar a baixa novamente à Comissão do já referido diploma.

Efectivamente, o diploma baixou e entrou novamente na Comissão a 22 de Março.

Nesta fase, já sem necessidade de ouvir todas as entidades que mencionei, foi ouvido o Governo através do Sr. Secretário Adjunto da Presidência, tendo a Comissão acolhido a generalidade das propostas vindas do PS, reservando-se os partidos para a

sua posição em plenário, relativamente a algumas do PS e à do Partido Social Democrata. E aí começou-se a notar a divergência que o Sr. Secretário acabou de referir há pouco, relativamente à proposta do PSD que apontava para que o PROTA fosse aprovado por decreto legislativo regional.

Nesse sentido, e por autorização do Sr. Presidente da Assembleia, solicitei um parecer ao jurista desta Casa que o emitiu e que eu fiz distribuir pelos grupos parlamentares, o qual vai no sentido de que todos os planos que aqui foram referidos, a que se refere o Artº 14º, sejam aprovados por decreto legislativo regional.

Penso que esta não é uma questão despicienda, por mais tecnicismos que aqui existam, e não vou tecer agora argumentos jurídicos que naturalmente deixo para os sábios, mas teceria algumas considerações que a generalidade das pessoas que nos estão a ouvir fora desta Casa, perceberão.

Como é possível deixar que estes planos não sejam aprovados por decreto legislativo regional, se ainda ontem aqui aprovámos um Regulamento de Protecção dos Imóveis Classificados?

Eu não quero dizer que o PROTA é mais importante que o dito Regulamento, mas dêem-me pelo menos o à vontade de pensar que se equivale. E se o Regulamento é aprovado por decreto legislativo regional, então o PROTA também poderá ser.

Como é possível que eu tenha de aprovar nesta Casa medidas cautelares sobre uma área adjacente a um dragoeiro e não tenha de aprovar um plano sectorial, ou um plano especial?!

Como é possível que eu tenha de aprovar nesta Casa medidas cautelares relativamente aos terrenos onde vai ser instalada uma escola ou um campo de golfe e não tenha de aprovar os planos sectoriais e os planos especiais?

Esta é uma reflexão de um não jurista, mas que pensa ser importante deixá-la aqui. E por aqui me fico.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto para esclarecimentos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É exactamente na sequência desta última questão que pelos vistos, é a principal que levanta aqui alguma divergência.

Sr. Deputado Manuel Azevedo, quando questiona "como é que é possível", eu percebo a sua pergunta, por um lado, mas a resposta mais elementar que eu encontro é porque sempre foi assim. Sempre esteve previsto, como está, atendendo à natureza destas matérias, que elas sejam aprovadas, ratificadas e acompanhadas ao nível administrativo.

Ora bem, inclusivamente, e até talvez tenha alguma relevância para esta questão, elas são aprovadas, em termos nacionais, por resolução. Não se trata de um regulamento ou de um decreto regulamentar, mas sim de uma resolução. E quando o Governo, conforme teve provavelmente oportunidade de ver, propõe que estes instrumentos de gestão territorial sejam ratificados através de decreto regulamentar regional, fá-lo apenas por um motivo, ou seja, levantava-se um problema para resolver, porque as resoluções do Conselho de Ministros são - como sabemos e não podia ser de outra maneira - publicadas em Diário da República. As resoluções do Governo Regional são publicadas em Jornal Oficial e não em Diário da República. Este era o problema que havia para resolver, porque efectivamente, os PDM's são instrumentos que, atendendo à sua importância - e a lei di-lo - devem ser publicados em Diário da República.

No entanto, eu também já tive o cuidado de ler o parecer que foi pedido aos serviços de assessoria jurídica da Assembleia, e penso que não se pode confundir isto sequer com competência regulamentar. Aliás, aquilo que nós podemos considerar como "competência regulamentar", é a que está prevista no Artº 156º do diploma nacional, isto é, *"autorização para a emissão de actos normativos que permitam a prossecução pelos órgãos regionais dos fins previstos neste diploma"*.

É óbvio que não é disto que se trata.

Para que fique claro, gostaria também de lembrar que o Governo entende que estas matérias do ordenamento do território, que têm cada vez maior acuidade e emergência, devem ser acompanhadas por todos os órgãos com responsabilidades políticas, nomeadamente por esta Assembleia Legislativa Regional.

É por isso que a própria proposta do Governo Regional sugere que seja elaborado um relatório em consonância com a Secretaria Regional do Ambiente e quem tiver a tutela das autarquias locais, os casos dos planos de ordenamento municipal, que dê conhecimento anualmente a esta Assembleia de todo o trabalho desenvolvido em matéria de ordenamento do território, o que não existe em termos nacionais.

Portanto, não se trata aqui de esconder informação, ou de querer retirar alguém com responsabilidades óbvias deste processo, que todos devem ter, trata-se, sim, de uma questão de tecnicidade, de separação de poderes, de um necessário acompanhamento administrativo de que estas matérias necessariamente se revestem e não é uma questão de sábios.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Ouvi a sua intervenção e há algumas questões que se me afiguram de dúvida.

As propostas de alteração do PSD não são inócuas. E acho que elas têm fundamento, conforme tentarei explicar a seguir.

No entanto, há questões que se inserem dentro dos planos, que quando se pergunta por que é que têm sido sempre aprovadas por decreto legislativo regional, o Sr. Secretário vem dizer que tem sido sempre assim.

A questão é mais complexa do que isso. Ou seja, os planos sectoriais, os planos especiais, implicam direitos e deveres. Não são questões meramente tecnicistas e administrativas. São questões que vão ter como consequência a atribuição de direitos aos cidadãos e a sujeição pela parte dos mesmos.

Portanto, não se pode fazer por um mero regulamento.

Por outro lado, eu fico muito surpreendido quando o Sr. Secretário vem defender que seja por decreto regulamentar regional, quando o próprio Governo há meia dúzia de dias deliberou em S. Jorge aprovar uma ante-proposta de decreto legislativo regional sobre medidas relativas à paisagem das Fajãs. Ou seja, o Governo agora defende que deve ser por decreto regulamentar regional, mas há 15 dias em S. Jorge aprovou apresentar uma ante-proposta de decreto legislativo regional sobre matérias que se

inserir dentro dos planos. Quer dizer, uma vez o Governo defende que é por decreto legislativo regional e outras defende que é por decreto regulamentar regional.

Estas matérias vão incidir sobre direitos e obrigações dos cidadãos. E sendo assim, o Governo não tem competência para o fazer, mas sim a Assembleia Legislativa Regional que é quem tem competência para legislar sobre essa matéria.

Portanto, não se trata de duvidar ou não, mas sim porque é uma competência da Assembleia e não do Governo, no que toca a exercer as suas funções nessa área.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Valadão:

É verdade que os instrumentos de gestão territorial, em última análise, nomeadamente os que se prendem com o ordenamento municipal, são directamente aplicáveis aos particulares, prendem-se e podem mexer com direitos das pessoas, podem de algum modo ter uma característica ablativa de redução e sacrifício de alguma medida dos direitos dos particulares, quando se estabelece que não se pode por exemplo construir numa determinada zona mais de X andares, etc.. Isso é verdade. Mas a verdade é que sempre até aqui os PDM's têm sido ratificados pelo Governo e sempre têm sido aprovados por resolução do Governo da República. E penso que há uma razão, Sr. Deputado, que poderá eventualmente justificar a diferença formal entre algumas normas de salvaguarda e o próprio PDM em si.

Repare que as normas de salvaguarda acabam por revestir um carácter excepcional. Ou seja, elas surgem, em bom rigor, para efeitos cautelares, antes de decorrido todo um processo e antes do próprio instrumento estar elaborado, com as garantias que necessariamente a lei lhe dá, donde avulta, em primeiro lugar, a necessária discussão pública a que estão sujeitos estes planos.

Portanto, trata-se de uma medida cautelar em que o trabalho ainda não está feito. E penso que aí poder-se-á justificar, porque há certamente muito menos fundamentação, muito menos estudo, não há consulta dos interessados para que uma medida cautelar tenha que ser aplicada por via legislativa.

Ao nível normal - digamos assim - há todo um processo administrativo que não deixa, nem poderia deixar, de dar um conjunto de garantias às pessoas, no qual elas podem intervir, podem apresentar propostas, podem manifestar a sua opinião.

Penso que esta é uma diferença que se há-de reflectir necessariamente ao nível formal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma ora em apreciação, tal como já foi referido aqui, mereceu duas análises em sede de Comissão, bem como um entendimento que é praticamente unânime em relação a toda a matéria, à excepção de se saber se os planos de ordenamento são matéria administrativa ou têm antes a ver com matéria legislativa.

Eu próprio, em sede de Comissão, manifestei as minhas dúvidas e continuo a tê-las agora sobre essa matéria.

Quero salientar que é de louvar a atitude do Sr. Presidente da Assembleia, no sentido de consultar os serviços competentes da mesma, para procurar analisar bem a fundo esta questão.

O parecer técnico da Assembleia Legislativa Regional dá alguma clareza, pelo menos na opinião do técnico da Assembleia, a qual temos que aceitar como boa, o qual procura fundamentar a sua posição e a sua opinião.

A realidade é que esse parecer não nos leva a poder ter qualquer dúvida relativamente a esta matéria, porque entende esse técnico superior que estamos perante um processo legislativo e da competência exclusiva da Assembleia Legislativa Regional

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou pôr o diploma à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que na generalidade concordam com este Projecto de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na generalidade por unanimidade.

Presidente: Vamos suspender os nossos trabalhos, uma vez que já atingimos a nossa hora regimental. Recomeçá-los-emos amanhã pelas 10,00 horas, com a discussão deste diploma na especialidade.

Boa noite e muito obrigado.

(Eram 20, 00 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Manuel da Silva Melo

Carlos Alberto da Costa Fraga

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado Menezes

José do Nascimento Ávila

Manuel Goulart Serpa

Rui Pedro Ávila

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

A Redactora: Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré